

**ACTA Nº 9**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA**  
**REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2003**

Aos vinte e oito dias do mês de Fevereiro de dois mil e três, nesta Vila de Borba e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu pelas 20:30 horas, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Borba, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO UM: Período antes da Ordem do Dia:

Ponto um ponto um: Análise conducente à aprovação da rectificação da acta nº 7, da Sessão de 20 de Setembro de 2002:

Ponto um ponto dois: Análise conducente à aprovação da acta nº 8, da Sessão de 20 de Dezembro de 2002:

Ponto um ponto três: Leitura de expediente:

Ponto um ponto quatro: Outros assuntos de interesse para a Autarquia:

PONTO DOIS: Período para intervenção do público

PONTO TRÊS: Período da Ordem do Dia:

Ponto três ponto um: Regulamento Provisório do Conselho Municipal de Segurança:

Ponto três ponto dois: Regulamento das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada::

Ponto três ponto três: Proposta de alteração ao Regulamento Municipal do Serviço de Abastecimento de Águas:

Ponto três ponto quatro: Projecto de Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização:

Ponto três ponto cinco: Alteração à Tabela de Taxas, Licenças e Tarifas para o ano de 2003:

Ponto três ponto seis: Apreciação sobre as actividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira:

O Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura da sessão tendo sido realizada a chamada. Verificando-se a presença dos membros:

Joaquim Maria Godinho Veiga (PS);  
Mário Joaquim Trindade de Deus (PS);  
Maria Filipa Martins de Almeida (CDU);  
António José Moura Proença (PS);  
Rui Manuel Ganito Bacalhau (PS);  
Ivone da Conceição Balseiro Espiguinha (PSD);  
Augusto Manuel Bilro Guégués (PS);  
António Joaquim Moura Lopes (CDU);  
Diogo Manuel Canhão Sapatinha (PS);  
Jerónimo João Pereira Cavaco (PS);  
Norberto João Figueiras Alpalhão (PS);  
António José Lopes Anselmo (PS);  
António José Barroso Paixão (PS),  
José António Carapeto Dias (PS);

Faltaram, apresentando pedido de substituição os seguintes membros efectivos:

Joaquim Manuel Cardoso (CDU) anexo 1; Foi substituído pelo Senhor António Andrade (CDU)  
Luís Manuel do Nascimento (CDU) anexo 2; Foi substituído pelo Senhor Manuel Prates (CDU)  
Joaquim Miguel Bilro Manguinhas (CDU) anexo 3;  
Joaquim Manuel Grego Esteves (PS) anexo 4; Foi substituído pelo Senhor Mário Alegrias (PS)

**PONTO UM: Período antes da Ordem do Dia**

O Presidente da Assembleia Municipal: Vamos passar ao período de antes da ordem do dia ponto 1.1. análise conducente à aprovação da rectificação da acta número sete, da sessão de vinte de Setembro de dois mil e dois.

Ponto um ponto um: Análise conducente à aprovação da rectificação da acta nº 7, da Sessão de 20 de Setembro de 2002:

**O Presidente da Assembleia Municipal:** Sobre este assunto a mesa analisou também o pedido de rectificação apresentado pelo Membro Dr. Nascimento em que referia que uma palavra que estava na acta que era, se não estou em erro, derivamento, não deveria ter sido pronunciada por ele. Na altura, o Dr. Nascimento referiu que iria passar pelo Gabinete de Apoio para esclarecer a questão. Ele de facto não deve ter podido lá ir e a mesa ouviu as cassetes de gravação e, de facto, aparece a palavra derivamento, embora se perceba que devem ser derivações da rede de águas. Portanto aguardamos a passagem do Dr. Nascimento pelo Gabinete de Apoio da Assembleia para produzirmos essa rectificação. Quem se quer inscrever sobre este assunto, faz favor. Como não há inscritos passamos à votação tendo em vista a aprovação desta rectificação. Quem vota a favor faz favor de levantar o braço. Fazem favor de baixar. Quem vota contra faz favor de levantar o braço. Quem se abstém, faz favor. Aprovada por maioria, com 14 votos a favor e 2 abstenções.

Ponto um ponto dois: Análise conducente à aprovação da acta nº 8, da Sessão de 20 de Dezembro de 2002:

**O Presidente da Assembleia Municipal:** Vamos passar ao ponto 1.2 - Análise conducente à aprovação da acta nº 8, da sessão de vinte de Dezembro de dois mil e dois. Quem se pretende inscrever, faz favor. Não há inscrições e portanto vamos passar à votação. Quem vota a favor, faz favor de levantar o braço. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada por maioria, com doze votos a favor, dois votos contra e três abstenções. Passamos ao ponto 1.3 -Leitura de expediente.

Ponto um ponto três: Leitura de expediente:

O Senhor **Secretário António Proença:** No que diz respeito ao expediente não há nada que se possa considerar de relevante. Todavia, quem quiser consultar a correspondência recebida ou expedida ela encontra-se aqui na mesa, à disposição. ( Anexo 5 e 6 )

**O Presidente da Assembleia Municipal:** Alguém necessita de esclarecimento sobre este assunto? Nesse caso passamos ao ponto 1.4 - Outros assuntos de interessa para a Autarquia.

Ponto um ponto quatro: Outros assuntos de interesse para a Autarquia:

**O Presidente da Assembleia Municipal:** Quem se quer inscrever, faz favor.

**O Membro Moura Lopes:** Nós temos aqui uma moção que eu passava a ler (Anexo 7)

**O Membro Filipa Almeida:** Nesta moção, nós inspirámo-nos no texto de uma outra moção que foi aprovada na Câmara de Borba. Porque achámos que este é um assunto extremamente grave e que nos deve unir a todos, não quisemos também utilizar linguagens que pudessem, enfim, criar algumas divergências entre as forças políticas nesta Assembleia e por isso, eu confesso, fiz a proposta desta maneira, baseada naquela que está em acta da Câmara e que foi aprovada por unanimidade.

**O Membro Mário de Deus:** Se me dá licença, Senhor Presidente, esta Assembleia está hoje pouco participada, pouco público, poucos deputados, mas com poucos ou com muitos e apesar da intervenção da minha digníssima companheira de Assembleia, Filipa Almeida, cada um sabe de si e eu sei que, na minha bancada há pessoas que, não tendo dúvida nenhuma em repudiar a guerra e em serem contra a guerra, se sentem ofendidas e, de alguma maneira, chocadas pelo tipo de considerandos que são utilizados nas moções. Tínhamo-lo combinado na preparação da reunião e eu não sou homem de dar o dito por não dito.

Com toda a fraqueza com que digo que não quero a guerra, não estou pela guerra, não apoio a guerra, sou contra a guerra, digo também que faço uma proposta no sentido de que a proposta seja votada, mas sem os considerandos, no que toque directamente ao governo do Estado Português. Parece estar a misturar as coisas. Não faz sentido. Trazia problemas muito graves para a bancada do Partido Socialista. Portanto, a nossa posição é que a moção seja aceite depois de ser depurada das considerações que faz contra o governo português.

**O Membro Jerónimo Cavaco:** Boa noite a todos. Muito rapidamente o Mário antecipou-se, mas, basicamente, aquilo que eu tinha para dizer é que, sem qualquer dúvida de repudiar o acto bélico que se prevê que venha a surgir, não tenho dúvidas relativamente a esse aspecto. Em todo o caso, a forma como a moção se apresenta constituída, nomeadamente, aquilo que diz respeito a considerandos que é descrito relativamente ao governo português e não só, também alguns termos que a própria moção apresenta parece-me que, de facto, deveríamos rever a forma como a moção está estruturada, admiti-la à votação de uma outra forma e então, se a Assembleia concordar, elaborar então uma moção em conjunto, mas não com os considerandos que esta contém.

**O Membro Moura Lopes:** Naturalmente que os eleitos do Partido Socialista têm o direito de aprovar ou não aprovar, apresentar outra proposta. Contudo, várias vezes o meu amigo Mário de Deus tem dito nesta sala que este é o Fórum próprio para discutir política. Temos um governo que tomou as posições que são conhecidas e, naturalmente, não podemos estar a escamotear a nossa opinião. Retirar esses considerandos é aniquilar, digamos, a proposta. Há a guerra e há a paz e há responsáveis por quem faz a guerra, portanto, não vamos dizer que não queremos a guerra e não apontamos os responsáveis ou coniventes; neste caso só para dizer que retirando esses considerandos é uma mutilação grave na proposta. Como disse, depois de ser aprovada, a proposta já não é da CDU, a proposta será da Assembleia.

**O Membro Mário de Deus:** Se me permite, Senhor Presidente, e agradecendo estas considerações todas que eu já sabia que iriam acontecer, não me incomoda nada isso, mas as questões têm a importância que têm e as coisas têm que se resolver conforme é possível. Se a proposta puder avançar assim, avança assim sem o primeiro parágrafo e sem o ponto um. Se não puder avançar assim, fazemos nós uma contraproposta que pode ficar sem o primeiro parágrafo e sem o ponto um.

**O Membro Filipa de Almeida:** Sinceramente, ainda não estou a perceber as posições e as divergências que podem existir na bancada do Partido Socialista sobre este assunto. Não é um problema meu. Mas preocupa-me, como cidadã do mundo e não como Borbense, que Borba não é nada nesta questão, embora, talvez o concelho de Borba seja um dos Concelhos grandemente afectados por mais uma guerra no médio oriente, pela actividade económica a que estamos ligados por uma forma muito importante. Eu penso que retirar responsabilidades e a referência ao governo português é o mesmo que retirar as referências aos outros governos europeus. O governo português é tão responsável quanto o governo espanhol, quanto o governo italiano, quanto os outros que apoiam estas propostas belicistas. Naturalmente que se não houvesse apoios externos aos Estados Unidos estes não avançariam, de forma como têm avançado, para esta proposta de guerra, que me parece, eu sou demasiado pessimista talvez, mas que me parece já quase inevitável. Acho que isto é um assunto muito grave. E podem dizer-me que não serve de nada, não adianta nem atrasa, não vai servir de nada. Provavelmente é assim. Mas, se calhar, todas as manifestações que se fizerem também não servem. E envolveram milhões de pessoas em todo o mundo. Lembro-me que uma das intervenções que ouvi sobre este assunto, ao secretário geral do Partido Socialista, era no sentido, enfim, de cada Socialista também dever interpretar à sua maneira estas questões. E até, relativamente à participação nas manifestações pela paz, acho que o nosso governo, e achamos na CDU, que o nosso governo até vai mais depressa do que os outros. E vai demasiado depressa, se compararmos com outros problemas em que não anda. E num momento e numa altura em que a própria igreja, o Papa, têm, enfim, envidado alguns esforços, em que o Vaticano se tem envolvido nesta luta pela paz, penso que uma gota de água tão pequenina no Oceano, como é esta Assembleia Municipal, é para que não haja uma posição comum, se eu percebi a proposta do Mário. Se se tratasse de substituir uma palavra por outra mais dura, se se tratasse de uma coisa menos importante, não era por isso que ela não poderia ser aprovada por unanimidade. Agora retirar a referência ao governo português, acho que é muito grave porque os governos

são responsáveis e representam-nos. Se calhar se se fizesse um referendo, a maioria dos portugueses estaria contra a guerra. Mas nós somos uma democracia parlamentar, uma democracia representativa e o governo português fala em nome de todos nós e fala em nome daquilo que nós não queremos. Diz que sim à guerra e nós, portugueses, e se calhar todos, eu diria todos os que estão nesta sala, não querem guerra, independentemente agora das considerações, que não quero fazer e não faremos, sobre o Iraque; porque não se trata aqui de condenar uns para defender outros; porque o Iraque tem um regime ditatorial e mandou matar já milhões de pessoas, começando pelos Comunistas, também nós não esquecemos isto. Não é um melhor que outro. Sadam Hussein não é melhor que o Bush. Não se trata aqui de pessoas. Trata-se do mundo. Trata-se das implicações que uma guerra terá nas nossas vidas, nas vidas futuras e, por isso, achamos que todos somos responsáveis pelo sim. Mas, mais grave, todos somos responsáveis por dizer não.

**O Presidente da Assembleia Municipal:** Do entendimento que fiz das suas posições gostava de expressar o seguinte: talvez o problema não seja eliminar da moção apresentada os considerandos totalmente. Mas o que me parece é que o problema será de uma ou outra palavra que pode estar aí, relativamente ao governo português, que pode sensibilizar negativamente alguns. Propunha que se caminhasse para uma moção que reanalisasse essas palavras.

**O Membro Mário de Deus:** Se me permite, aquilo que a Dra. Filipa referiu quase todos subscrevemos, quase na totalidade. Somos todos contra a guerra, ninguém tem dúvidas. Todos sabemos muito bem, ou pelo menos todos temos uma ideia muito aproximada, do que é a guerra, dos malefícios que trás, da importância que tem nos tempos que correm. Todos sabemos muito bem que somos contra a guerra. Todos temos muita consciência, muita firmeza nas posições. Não é disso que falamos, não é disso que conversamos. Todos sabemos muito bem que o Iraque é um regime ditatorial. Não é por sermos contra a guerra que somos a favor do Iraque, nada disso. Conhecemos muito bem as posições do PS, do PCP, dos independentes. Todos sabemos que o secretário geral do PCP não foi aceite na última manifestação. Sabemos todos isso muito bem. Também sabemos que quando esteve o Freitas do Amaral e quando esteve o Mário Soares não deram a palavra ao Dr. Carlos Carvalhas. Por alguma razão há-de ser. A questão que aqui se levanta é uma questão de princípio, é uma questão propedêutica, se calhar pedagógica. É no sentido de que as questões que têm que ser revistas aqui não serem sempre uma arma de arremesso contra o governo. Podem ser e podem não ser. Serão quando a Assembleia entender. Neste caso concreto, eu em nome pessoal, e cada deputado do Partido Socialista, quando se votar, entendo que se corte a essa moção o primeiro parágrafo e o ponto um. Limpas essas duas ideias eu penso que estou em condições de votar a moção favoravelmente. Se o Senhor Presidente quiser continuar a fazer mais alguns esforços no sentido de aproximar as duas ideias e fazer uma síntese, ficar-lhe-ei agradecido. Mas penso que assim estava bem.

**O Presidente da Assembleia Municipal:** É minha opinião que poderíamos analisar algumas palavras constantes na moção como "irresponsável e servilismo" substituindo-as ou eliminando-as.

**O Membro Diogo Sapatinha:** Senhor Presidente, quanto ao irresponsável eu até estou de acordo consigo. Deveríamos cortar a palavra. Agora quanto ao servilista, se ouviu alguma coisa que o nosso primeiro Ministro foi, foi servilista, isso sem dúvida nenhuma. Agora se foi irresponsável já tenho as minhas dúvidas. Se calhar até tomou a melhor atitude, até foi responsável, mas que foi servilista, foi.

**O Membro Mário de Deus:** Penso que é de votar as duas moções. A primeira é a A e a nossa é a B. É de pôr à votação e depois se vê como é que a Assembleia reage.

**O Presidente da Assembleia Municipal:** Uma moção deste tipo tem efectivamente um efeito se é aprovada por uma minoria, ou se é aprovada por uma maioria. Entendo que é uma posição importante. É uma posição de consciência e entendo que valia a pena analisar-se um bocadinho melhor. Possivelmente é tema até para umas horas de discussão. Entrávamos nas análises geo-políticas, geo-estratégicas, por aí fora. Não é bem isso. Era uma posição como tem sido tomada por outras Assembleias. Posso até referir que, no Gabinete da Assembleia, se têm recebido algumas cartas de outras Assembleias com moções

deste tipo e, curiosamente, nenhuma do Sul, todas do Norte do País. Considero útil um pequeno esforço no sentido de conseguir, aqui, uma moção que seja contra a guerra; que, efectivamente, manifeste a opinião de que os Estados Unidos não devem actuar unilateralmente pela força contra nenhum País do mundo e que, portanto, estamos preocupados com a possível guerra do médio oriente porque nos pode afectar e achamos que os esforços de Paz se devem seguir e até ao fim. Parece-me que tudo isto é importante, exceptuando as posições relativamente ao governo que, também na minha opinião, devem ser entendidas como posições geoestratégicas muito importantes, face às posições de Espanha em relação à questão e a posição que Portugal pode ter no futuro, mais consentânea com uma política europeia de maior ou de menor influência. Isto pode ter conduzido o governo a pensar conduzir a política do País no seu melhor interesse e não sabemos, neste momento, se ela é irresponsável. Na minha opinião não é servilista, na opinião do Diogo é. Mas eu acho que estes termos não vão ajudar em nada a posição que se quer tomar contra a guerra, contra a posição unilateral dos Estados Unidos, quanto ao ataque a um País terceiro.

**O Membro Filipa de Almeida:** Queria falar mas não é para dificultar, pelo contrário. Eu acho que as palavras foram escolhidas com preocupação. Eu acho que a atitude do governo português é irresponsável, mas admito que seja uma estratégia com a qual eu estou em profundo desacordo e admito, como disse o nosso colega Diogo, que se retirasse a atitude irresponsável. Agora digo, como ele, servilismo não se pode retirar porque se não nós substituímos por quê? Posição de quê, relativamente à política de Portugal face aos Estados Unidos? É uma posição de servilismo, de subserviência. Se quiserem tirar servilismo e colocar subserviência tudo bem, estou de acordo. É um sinónimo, mas fica na mesma em termos de conteúdo, fica na mesma. Agora é irresponsável sim, o governo português disponibilizar a Base das Lajes para esta guerra. Eu considero uma atitude irresponsável. Mas queria dizer só mais uma coisa: falou-se aqui de palavras duras e eu acho que se nós temos medo de palavras duras, então a guerra é o quê? A guerra é doce? Então estamos aqui com problemas de palavras duras e só há nesta sala uma eleita do PSD que poderia estar aqui a defender o governo e que ainda não disse nada. Portanto terá a sua opinião, mas só há uma eleita do PSD. Estamos aqui entre a CDU e o PS a discutir se a atitude do nosso governo é uma atitude de servilismo, ou não, perante os Estados Unidos. Depois das posições públicas do primeiro Ministro Durão Barroso eu ainda consigo vir para as Assembleias não acreditando em algumas. Depois chego aqui e chamo-me a mim própria de parva e estúpida. É que, tudo bem, fazer esforços para que isto seja unânime, mas retirar o primeiro considerando e retirar o ponto um, eu acho que esta moção fica sem força nenhuma. O Senhor Presidente disse uma coisa que eu não sabia da Assembleia, mas sabemos do que vem nos jornais. Muitos órgãos autárquicos e realmente o norte do País, se calhar, têm uma linguagem muito mais forte do que esta. Eu já vi alguns, com uma linguagem muito mais forte, propostas por órgãos do Partido Socialista. É evidente que o Mário irá dizer que cada um sabe de si e mesmo até na bancada da CDU poderia não haver consenso. Mas eu não percebo e nós não estamos de acordo em retirar os dois pontos. Se se quiser tirar a palavra irresponsável também não é por isso que vai deixar de ser aprovada. Mas o resto, não.

**O Membro Mário de Deus:** É de facto um assunto melindroso. É de facto um assunto difícil. E fica melindroso e difícil porque a Dra. Filipa, naturalmente, nunca perde uma ocasião boa de ferrar. E está a fazê-lo, naturalmente. E está a fazê-lo porque eu lhe dei o flanco. Agora o que não há dúvida nenhuma é que a questão fundamental é uma posição consensual contra a guerra, e esse é o objectivo fundamental: que se faça um consenso tão alargado quanto possível, o ideal seria total, contra a guerra agora. Aproveitar para fazer disto em ataque ao governo português, que eu também ataco quando tenho que atacar, mas, misturando as coisas, estão a servir-se da guerra para pôr em lugar de destaque um ataque ao governo português. Não me parece bem hoje, nunca me pareceu bem ao longo dos anos todos que estive nesta Assembleia Municipal. Isso é a estratégia habitual do PCP, ou de alguma parte do PC, portanto isto tem sido o habitual, tem sido a prática comum. Misturam as coisas e põem o essencial sempre atrás do secundário. Não pode ser o fundamental nesta moção. Penso que a Dra. Filipa dirá o que ela quiser a seguir, mas penso que tem que dizer alguma coisa. Fundamental é a condenação da guerra e somos todos pela condenação da guerra. Não podemos é por trás disso meter um ataque ao governo português, que não é correcto; nem se discute aqui se está correcto ou se está incorrecto, não me interessa. Mas não podemos misturar a questão da guerra com este ataque ao Governo português, isso digo-o frontalmente e de olhos

nos olhos e com toda a veemência. Isto é o que se tem feito aqui nesta Assembleia Municipal ao longo dos anos seguidos: aproveita-se qualquer pretexto para se transformar esse pretexto num ataque ao governo, seja ele do PS ou do PSD, conforme o caso. Se eu estive contra esta estratégia sempre, na altura do governo PS, também tinha que estar hoje. Não estou a fazer favor a ninguém, estou é a demarcar-me de uma vez por todas e penso que nesta questão da guerra, em que somos todos contra a guerra, em que a posição quase unânime é contra a guerra, estar a misturar isto com um ataque ao governo para quê? Só para afastar algumas pessoas, só para diminuir o espaço de consenso, como o Sr. Presidente há pouco dizia e muito bem, só para pôr alguns entraves, para quê? Teremos todos ocasião de combater o governo português, teremos todos ocasião de lhe dizer quando está mal e como está mal e dizêmo-lo a toda a hora. Portanto a Assembleia da República está sempre a fazer isso. Agora vir para aqui com este tipo de coisas, não faz sentido. Foi uma mistificação durante todos estes anos que passaram e vai continuar a ser e não serve a ninguém. Não trás transparência às questões políticas e empata a questão da Assembleia Municipal em que se deveria estar a discutir os problemas de Borba. Engrena-se e faz-se com que isto fique assim. É essa a estratégia. Está conseguida. Mas, naturalmente que eu lhe dei o pretexto, de mão beijada.

**O Membro Moura Lopes:** Sr. Presidente, há bocado queria intervir dizendo isto: eu creio que, daquilo que me apercebi, da intervenção no sentido de encontrar um consenso mas que não seja um consenso destruidor do conteúdo, alterando uma palavra ou outra, que enfim, nós também sabemos recuar quando é preciso recuar e procurá-lo. Agora eu gostaria de dizer ao meu amigo Mário, que continuo a ser teu amigo, é que se houver guerra, Borba é um dos Concelhos que vai ficar afectado grandemente com o problema dos mármore. Eu, ao discutir esta moção e esta questão, estou a discutir os problemas de Borba, a guerra. O que estiver ao meu alcance tudo farei, para que isso, que é pouco como é sabido, se houver guerra nós vamos ser muito afectados com o problema dos mármore; portanto eu estou a discutir os problemas de Borba, não estou a discutir os problemas do Iraque. Nós não vivemos numa quinta de mármore. Estes vão para os Países Árabes e, se houver guerra, isto é uma catástrofe no nosso Concelho, aqui no Alentejo. Desculpe senhor Presidente, mas eu gostaria de deixar esta nota.

**O Membro António Paixão:** Senhor Presidente, eu aceito, e muito bem, a proposta apresentada pelo meu companheiro de bancada Mário de Deus mas, sinceramente gostaria que fosse manifestada alguma preocupação pela posição tomada pelo Governo Português. Se ele avaliar o recurso unilateral à guerra gostaria que nesta moção condenassemos a guerra, mas que também manifestassemos a preocupação pelo governo, se avançar neste sentido, se ele avaliar de facto o recurso unilateral à guerra.

**O Membro Mário de Deus:** Vamos ver. Ambos invocaram a palavra amigo. Soa bem de um lado, soa menos bem de outro. Aquilo que o Moura Lopes disse não faz sentido. Eu, desde o primeiro momento que estou a dizer que sou contra a guerra, completamente contra a guerra. E por ser contra a guerra é que tenho preocupações, para que toda a gente o seja. Quando eles metem um ataque ao governo PSD estão a fazer com que menos sejam contra a guerra, quer dizer que eles estão, como é habitual, com lágrimas de crocodilo. São contra a guerra mas metendo-lhe sempre um pretexto para que alguns saiam do contra a guerra. Não é a minha posição. Eu sou de facto contra a guerra. Respeito as opiniões públicas da Europa, do Mundo inteiro. Penso que nesta altura existe um equilíbrio muito favorável, antibelieista, e penso que não é estratégia de ninguém, seja que de força política for, meter aqui um pretexto qualquer para afastar, seja que parte for. Penso que quando se invoca esta questão do governo estamos a fazer com que menos sejam contra a guerra, quando, nesta altura, deveriam ser todos contra a guerra. Isto que fique bem frisado, para não haver nenhum equívoco. Em relação ao Paixão é evidente que não conversámos isto antes e cada um saberá de si. Mas, nesta altura, o governo português não se sabe bem de que lado é. Numa altura foi contra a guerra. Já foi a favor, agora já é contra. Andaram aqui às voltas contra o governo e eu penso que só vai reduzir o espaço de manobra. Não faz sentido. Faça-se a moção contra a guerra e se alguém quiser atacar o governo que o faça numa moção a seguir e vamos discuti-la. Agora não misturem as questões do governo português com as questões da guerra. Temos ali o Membro do PSD. Achariam que lhe competiria a ela defender esta posição e é bom que se entenda que não estou a defender o governo. Estou numa atitude a favor da Paz.

**O Membro Filipa de Almeida:** Eu não quero, de maneira nenhuma, continuar nesta discussão. O Sr. Presidente, várias vezes e quando nas Assembleias as coisas se prolongam, chama a atenção para repetições sucessivas da mesma coisa e é o que temos estado a assistir; é a repetição das mesmas ideias. Já vimos que, infelizmente, há posições que são opostas, não são consensuais, porque se é verdade que somos todos contra a guerra não podemos estar de acordo com quem a defende. E nós não estamos a falar de futuras atitudes do governo PSD, estamos a falar da atitude que tem tomado até agora. Está escrito na primeira linha o que o governo PSD/CDS tem assumido, em conjunto com outros governos europeus. A unidade da Europa não se faz assim e isto não é um pretexto para atacar o governo; é condenar o governo relativamente ao seu apoio relativamente à política externa dos Estados Unidos. E é só isto que aqui está escrito. Quem quiser ler outra coisa, lê, quem quiser inventar, inventa, mas, por aquilo que eu li na acta da Câmara, os eleitos do Partido Socialista não tiveram estes problemas. Ainda bem. Congratulo-me pelo facto de na Câmara, uma moção que tinha uma linguagem ligeiramente mais dura do que esta, porque eu não a copiei integralmente, e estão ali todos os eleitos da Câmara, tinha uma linguagem um pouco mais dura e foi aprovada por todos. Naturalmente cada órgão é um órgão. Esta Assembleia tem o direito de aprovar o que entender, agora isto não é pretexto nenhum. O que se está a condenar é a política do governo português relativamente à política dos Estados Unidos. Nesta questão não se pode fazer outra moção sobre o governo porque a questão é a guerra. Como o Diogo dizia há bocado, a atitude de servilismo não tem outro nome, senhor Presidente. Eu não sei se sigo os seus esforços para arranjar aqui um consenso. Já lhe disse que podemos retirar a palavra irresponsável. Agora não haver nenhuma referência, não condenarmos a política do governo português, não me parece que seja o mais correcto, numa Assembleia com uma maioria de socialistas e comunistas. Não me parece que seja o mais correcto e, portanto nós não tiramos mais do que a palavra irresponsável, ou então substituir-se servilismo por um sinónimo.

**O Membro Jerónimo Cavaco:** Eu fico surpreendido com as palavras da Dra. Filipa. Quando ouvimos falar em unidade Europeia vindo de onde vem, parece-me surpreendente. Pelo menos eu fiquei surpreendido. É bom ver que, efectivamente, falamos de unidade da Europa quando, há uns tempos atrás, não era isso que defendíamos, nem sequer lá perto, nem sequer queríamos ouvir falar em unidade da Europa. Mas de facto estamos perante um problema. A Dra. Filipa disse também uma verdade: aquilo que se condena aqui é a atitude do governo português. E aquilo que a Assembleia pretende aprovar é uma moção, não contra a atitude do governo, mas uma moção contra aquilo que se prevê que venha a ser uma atitude ao lado da administração dos Estados Unidos, seja ela unilateral ou não. Agora estarmos a misturar, permitam-me repetir, se de facto o governo português foi irresponsável ou não, se é servilista ou não, parece-me que não será neste momento, perante aquilo que nós queremos aprovar e demonstrar perante o País, não será aqui neste Fórum, neste momento, que iremos discutir isso. Se queremos uma posição que condene o que poderá vir a ser a guerra contra o Iraque, concordando que o Concelho de Borba poderá vir a ser afectado, não tenho dúvidas. Devemos fazê-lo de consciência tranquila, colocando de lado tudo aquilo que sejam politiquices, porque é o que acabamos por estar aqui a falar.

**O Presidente da Assembleia Municipal:** Considero que deve ser aprovada uma moção sobre esta questão. Se o governo português tomou uma posição e não estamos de acordo com ela também devíamos aqui manifestá-lo.

**O Membro Mário de Deus:** Se me permite, Sr. Presidente, eu acho que a moção sem o primeiro parágrafo e sem o ponto um ficaria muito bem. Se entender, Sr. Presidente, esta seria a proposta B.

**O Presidente da Assembleia Municipal:** Proponho que se faça um intervalo de cinco minutos para coligir uma moção alternativa. Quem vota a favor desta proposta faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade. Vamos fazer um intervalo de cinco minutos.

**O Presidente da Assembleia Municipal:** Vamos dar continuidade aos trabalhos. Temos uma moção do Grupo Municipal do Partido Socialista (anexo 9).

**O Membro Mário de Deus:** Penso que, numa tentativa de sair deste impasse, pegámos na moção A e coligimos esta que será a B; nem sequer alterámos muito a versão original. A moção é a seguinte

**O Presidente da Assembleia Municipal:** As moções vão ser votadas separadamente. Alguém ainda quer falar sobre as moções? Como não há inscritos vamos passar à votação da moção A apresentada pelos membros da CDU. Quem vota a favor, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem vota contra? Quem se abstém? A moção A não foi aprovada, tendo recebido dez votos contra, cinco votos a favor e duas abstenções. Os eleitos do P.S apresentaram uma declaração de voto (anexo 8) Vamos passar à votação da moção B (anexo 9). Quem vota a favor, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem vota contra? Quem se abstém? A moção B foi aprovada por maioria, com doze votos a favor e cinco abstenções. Mais alguém se quer inscrever para tratar de outros assuntos de interesse para a Autarquia?

**O Membro Filipa Almeida:** Senhor Presidente, senhores membros da Assembleia, neste período antes da ordem do dia nós vamos apresentar um assunto e vamos apresentar uma proposta (anexo 10) relativamente à vida do concelho, mas que envolve nomes de pessoas eleitas nesta Assembleia e de acordo com a legislação em vigor, não podem os membros dos órgãos autárquicos participar na discussão, nem na votação dos assuntos que lhe digam respeito. Nós vamos apresentar, nós vamos levantar questões que têm vindo a ser levantadas de uma forma que eu, pessoalmente, considero formas incorrectas e ilegítimas, porque é de uma forma anónima e que são denúncias relativamente a relações da Câmara com algumas empresas, mas que pode-se-lhe dar mais ou menos importância, mas algumas dessas questões já mereceram por parte de uma empresa de Borba a necessidade de publicar, no Jornal Terras Brancas, um esclarecimento à população. E pelos vistos não são assim tão pouco importantes porque é até a maior empresa de construção civil do Concelho, é a Borconstroi que, toda a gente sabe, publicou nos Terras Brancas um esclarecimento à população sobre aquilo que considera calúnias relativamente a um dos seus sócios e que é o Presidente desta Assembleia. A proposta que vamos fazer não é de nos armarmos em Tribunal, nem em Juizes ou coisa parecida, nem em inspectores. A proposta que vamos fazer é uma proposta de que os órgãos de inspecção deste País, a inspecção de finanças, a inspecção de território, o Ministério Público analisem estas questões para ver se há, ou não, matéria de ilegalidade. E pensamos que estão em causa pessoas, está em causa o nome de um órgão autárquico e, repetindo quase de cor uma das frases do comunicado da empresa, o bom nome das pessoas deve ser preservado e deve ser respeitado. Como nestas coisas o diz que disse, ainda por cima anónimo, vai criando determinadas ideias, naturalmente algumas falsas e outras que deixam dúvidas nas pessoas, nós queremos que estas questões sejam apuradas, sejam investigadas por entidades oficiais que têm essa competência no País. Daí que, de acordo com os deveres que nós, eleitos dos órgãos autárquicos, temos, achei que, antes de apresentarmos a proposta do pedido de investigação, achei que deveria fazer esta introdução para que o Senhor Presidente e o Senhor Primeiro Secretário, que são visados e como sabem tão bem como eu, nestes documentos, para que pudessem, se o entenderem fazer, se o não entenderem assumem essa responsabilidade, para que pudessem, cumprindo a lei, não estar presentes neste ponto que vamos discutir.

**O Membro António Proença:** Sra. Dra. Filipa, não sei a que empresas é que efectivamente se refere. Não nos vamos pôr a adivinhar.

**O Membro Filipa de Almeida:** Eu já disse

**O Membro António Proença:** Empresas não são pessoas e ainda não disse exactamente o que é que se passa. Eu fazia-lhe este pedido: que primeiro concretizasse o que é que realmente se passa porque a Senhora falou muito no vago e queríamos que confirmasse o que é que essa proposta quer dizer. A mesa até a pode recusar, porque sabe que tem poderes para isso, mas gostaríamos que concretizasse melhor o que é que afinal se passa.

**O Presidente da Assembleia Municipal:** Acrescentando algumas palavras ao que disse o Senhor Proença eu queria dizer também que nenhum membro deste órgão, desta Assembleia, está inibido de fazer negócios com a Câmara de Borba. Temos até um parecer da Assessora Jurídica que foi pedido pelo



Senhor Presidente da Câmara em que a Jurista da Câmara, exactamente referindo a lei, dentro do contexto da lei, diz que nenhum membro desta Assembleia está inibido de praticar negócios com a Câmara e que até pessoas da Câmara não estão inibidas de fazer negócios, desde que não participem no processo, não sejam intervenientes directos no processo. Nesta Assembleia ninguém está aqui inibido de fazer negócios com a Câmara, portanto, esta é a posição da mesa.

**O Membro Diogo Sapatinha:** O que me parece, quando a Filipa disse que pedia o favor de se retirarem, eu penso que não têm nada que se retirar. Eu penso que até podem participar na discussão, não podem é votar naquilo que lhes diga directamente respeito. Portanto gostaria de a corrigir e perguntar se é assim, ou não é?

**O Membro Jerónimo Cavaco:** Senhor Presidente, independentemente daquilo que o Senhor e o primeiro secretário provavelmente irão fazer, eu penso que aquilo que a Dra. Filipa trouxe aqui, por aquilo que eu entendi, corrigir-me-à se eu estiver enganado, parte, digamos, de denúncias anónimas, sejam elas quais forem, seja qual for o seu conteúdo. Aquilo que me parece que deve, de imediato, se concordarem, para sermos completamente esclarecidos, é aquilo que a Dra. Filipa quis dizer que eu, sinceramente, não entendi absolutamente nada. Primeiro ponto: de que tipo de denúncias é que a Dra. Filipa tem conhecimento e de que esta Assembleia deverá ter conhecimento. Segundo ponto: sob que ponto é que a Dra. Filipa pediu ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal e ao primeiro secretário que se retirassem ou não participassem na votação. E terceiro ponto: esta Assembleia tem plenos poderes para decidir ou não aquilo que poderá fazer. Claro que cabe à consciência do Senhor Presidente da Assembleia e ao primeiro Secretário decidirem, quando se chegar ao ponto a que a Dra. Filipa se refere e que eu ainda não percebi qual é. Mas concerteza que me irá esclarecer. Verificar-se-à se existem ou não conflitos de interesses. É isso que estamos aqui a conversar. O Senhor Presidente já referiu e já esclareceu esta Assembleia que tem um parecer jurídico, e até poderá haver mil pareceres jurídicos diferentes porque a lei não é para ser aplicada num caso particular, ela tenta ser o mais abstracta possível. Portanto, poderá haver um jurista que dê um parecer e outro que dê outros e até poderá haver anónimos que têm ideias diferentes. Agora o que me parece que é fundamental, não só por mim mas por esta Assembleia, pelo público e pelas pessoas que a Dra. Referiu, penso que é fundamental que se esclareça, de uma vez por todas, do que é que concretamente nós estamos a falar, porque eu não percebi.

**O Membro Mário de Deus:** Eu tinha pedido a palavra, penso que para intervir nesta fase da discussão, sem saber o que é que aí vem. Mas penso que o que estava a ser pedido ao senhor Presidente e ao 1º secretário era que se ausentassem da sala porque se iria falar de qualquer coisa que os senhores não poderiam ouvir, penso eu, segundo o que eu entendi. Esta minha intervenção vem no sentido de lhes pedir para não fazerem isso. Para lhes pedir, naturalmente com toda a cidadania e com toda a franqueza porque não faz sentido nenhum uma coisa dessas acontecer. Porque se não, às tantas, podíamos eventualmente, e eu estava aqui a pensar só para mim, mas vou dizer em voz alta, se não, às tantas, poderíamos estar a cair numa circunstância em que alguém fazia um papel, que não assinava, e depois vinha-lhe pedir a si que saísse porque vamos discutir um papel que fala de si. Eu não sei o que é que aí vem, mas percebo. Conheço alguns papéis destes que por aí circulam. Já vi alguns. Se calhar outros não vi. Agora, por favor, era isso que eu queria pedir de forma encarecida: os Senhores só se levantam dessa mesa quando a Assembleia os autorizar a fazer isso. Os Senhores também não têm só o direito de ser mesa, também têm obrigação de ser mesa desta Assembleia. Só podem levantar-se quando a Assembleia o entender.

**O Membro Filipa de Almeida:** Primeiro a resposta ao Diogo, que pergunta se os membros dos órgãos autárquicos só não podem votar ou se não podem discutir, e sem ser jurista. Mas isto é clarinho, claríssimo mesmo. Não podem votar nem participar em nenhum assunto que lhes diga respeito. Não podem participar na discussão. A segunda questão é muito simples, posta pelo Senhor segundo secretário. O senhor Proença pergunta como é que a mesa iria funcionar só com um elemento. Até podiam ser os três que se sentissem impedidos e a Assembleia haveria de arranjar uma mesa Ad hoc. Se ficar um elemento há-de com certeza, arranjar dois secretários para o secretariar neste ponto, se for necessário e o entender. A questão mais grave eu acho que toda a gente já percebeu. Mas as pessoas que não quiserem perceber, não percebiam. Isto não é votado, isto não é uma proposta nem um requerimento para que o Senhor

Presidente e o senhor 1º secretário saiam da sala. Isto não é votado. Cada um deles fará aquilo que entender, ou outro membro da Assembleia sobre o qual a Assembleia se pronuncie. Nós vamos apresentar uma proposta de pedido de inspecção a alguns trabalhos da Câmara e fornecimentos à Câmara que têm relação com empresas das quais o Senhor Presidente e o senhor 1º secretário são sócios, ou são proprietários. E portanto, de acordo com a lei, eles estão impedidos de participar nesta discussão e na votação desta proposta. É tão simplesmente isso que vamos fazer. Os papéis anónimos, são anónimos. O comunicado da Borconstroi, no Terras Brancas, não é anónimo. É um comunicado que existe e que se calhar todos vocês leram, como eu li. Portanto tudo bem. Se o Sr. Presidente quiser continuar, continua. Mas não é por decisão da Assembleia. Não é um direito da Assembleia. É uma decisão individual. Se fosse sobre mim, era uma decisão minha. Se não quiserem ausentar-se a responsabilidade é de quem a pratica, não é da Assembleia. Aqui não há votação. Onde vai haver votação é na proposta que vamos fazer. Aqui não há votação, é uma decisão de cada um. Até um pode fazer uma coisa e outro, outra e os dois podem fazer o mesmo. Cada um deles entenderá fazer o que quiser. Agora esta proposta é uma proposta para a Assembleia votar um pedido de inspecção e não mais do que isso. Depois vou lê-la. Mas não é mais do que um pedido de inspecção. Se a Assembleia votar, se a aprovar, muito bem; se a Assembleia não aprovar, qualquer cidadão pode fazer um pedido de inspecção. É tão simples quanto isto. Podíamos não ter dito nada, podíamos não trazer aqui o assunto. A CDU podia mandar estes documentos para a Inspeção Geral de Finanças. Entendemos que isto é um órgão autárquico. Há denúncias anónimas, mas eu repito, não me parece a forma correcta de colocarem as coisas porque acho que as pessoas devem dar o nome. Mas há denúncias anónimas que falam da Borconstroi, de que o Senhor Presidente é sócio, a trabalhar para a Câmara nas obras do Jardim. O Senhor presidente já disse que tem um parecer jurídico que não é ilegal. Há denúncias anónimas que falam da empresa do Sr. Augusto Guégués a fornecer materiais para a Câmara. Há denúncias anónimas de máquinas, que são da Borconstroi, a trabalhar para a Câmara. Há a Borconstroi, num comunicado, a assumir que a Borconstroi até passou uma factura à Câmara. Isto está escrito, não fui eu que escrevi. Foi a Borconstroi. Perante estes casos que nos parecem de duvidosa legalidade, nós vamos propor à Assembleia que faça uma inspecção a estes assuntos, tal como a Câmara entendeu pedir uma sindicância às contas da Câmara. É tão simples e tão transparente quanto isso. E aquilo que vou dizer a seguir é só ler o documento. Se o Sr. Presidente e o Senhor 1º Secretário entenderem cumprir a lei, cumprem. Se entenderem ficar, ficam. Na acta ficará o registo das posições que tomarem.

**O Membro António Proença:** Senhora Dra. Filipa, continuo sem entender o que é que quer dizer, no concreto. O que pretende efectivamente dizer. E ligo muito mais ao parecer jurídico de que o senhor presidente falou do que a essas informações anónimas que a Senhora referiu. Mais, a Sra. deve apresentar efectivamente a proposta que, como já lhe disse e repito pela segunda vez, a mesa pode recusá-la. Se a Sra. viesse com uma proposta no sentido de criar uma comissão para, por exemplo, fiscalizar a Câmara, nesse sentido estava tudo muito bem. A Sra. não sabe se a mesa aceita ou não essa proposta..

**O Membro Filipa de Almeida:** A mesa não pode recusar uma proposta. Tem que a discutir.

**O Membro António Proença:** Estava eu a falar e, tenha paciência, temos que nos respeitar uns aos outros. Portanto, a mesa só a aceita se, efectivamente, entender que a deve aceitar. Leia, se faz favor, a proposta e depois, o Senhor Presidente e o Senhor Secretário, quando chegar a altura, por certo que se ausentarão, se for caso disso. Se não for, continuam aqui. Não é agora, de facto, porque um deputado da Assembleia se lembra de vir aqui com uma proposta, e que nem sequer sabe se ela vai ser aceite, ou não, pela mesa, que põe fora da sala o Presidente e o Secretário. Tenha paciência. Eu sei que realmente e a lei diz que, quando há assuntos que dizem respeito a determinadas pessoas, que as pessoas não devem de facto participar. Isso é um facto. Mas nós não sabemos o que está na sua proposta. Por favor, leia-a e o Senhor Presidente e o Senhor Secretário cumprirão a lei. Diga, no concreto, o que é que efectivamente pretende.

**O Membro Filipa de Almeida:** O senhor Proença ainda não percebeu. Mas olhe vou dizer pela última vez, se quiser ouvir. A lei não diz que é na votação que os eleitos se ausentam. A lei diz que não podem participar nem na discussão, nem na votação. Segunda questão: eu não fiz uma proposta à Assembleia, eu

levantei esta questão prévia e o Senhor Presidente e o Senhor 1º Secretário já perceberam. Se quiserem continuar na sala, continuam. Façam como entenderem. Eu vou apresentar a proposta, tudo bem, mas o Senhor Presidente está informado disto. Agora, há outra coisa, Senhor Proença, que lhe posso desde já dizer: o Senhor não pode recusar nenhuma proposta à discussão. A Assembleia pode-as votar contra, mas a mesa não tem nenhum poder. Não há nada na lei, em sitio nenhum, que tenha poder para recusar. Se a recusarem pior, pior será a situação.

**O Presidente da Assembleia:** Para eu depois me ausentar gostaria de dizer o seguinte: tenho pena que de facto a Sra. Dra. Filipa esteja a invocar a minha necessidade de sair da sala porque eu votaria favoravelmente a sua proposta se ela, segundo eu já percebi, é para pedir uma inspecção às actividades da Câmara. Eu não tenho dúvida nenhuma que votaria a favor dessa proposta e principalmente se essa sua proposta é a pedir uma inspecção sobre as relações comerciais da Câmara com a firma Borconstroi. Também não tinha dúvida nenhuma em pedir essa inspecção e até lhe digo mais, quem a vai pedir agora sou eu. Mesmo que o Plenário resolva que a sua proposta não vai ser aprovada, eu vou pedir a inspecção, vou pedi-la como continuidade das questões que vieram no Jornal Terras Bancas, do esclarecimento que a Borconstroi produziu no jornal. Eu vou pedi-la e vou também usar os elementos de que disponho sobre as pessoas que levantaram essas calúnias. Iremos também seguir o procedimento administrativo para atingirmos o procedimento cível. Gostaria de não passar o assunto para uma decisão do plenário, mas proponho ao plenário que considere que a mesa não deve funcionar com um único elemento. Agora, tenha a certeza de uma coisa, eu, se estivesse presente na altura da votação, votava a favor da sua proposta, porque o esclarecimento é muito bonito e as más intenções ficam com quem as toma. Por mim está o assunto esclarecido. Coloco ao plenário o pedido de autorização para que me ausente, durante o período em que vai ser discutida a proposta.

**O Membro Diogo Sapatinha:** Desculpe lá Senhor Presidente, mas eu não vejo razão para se ausentar. O Senhor poderá não votar, poderá não participar na discussão, mas não há motivo nenhum para o senhor se ausentar deixando de exercer as suas funções na mesa. Esta é a minha opinião.

**O Membro Jerónimo Cavaco:** Senhor Presidente, desculpe, mas eu concordo plenamente como o Diogo num aspecto: independentemente da proposta que a Dra. Filipa possa trazer ali vise o 1º Secretário ou o Senhor Presidente, enquanto membros ou sócios das empresas que a Dra. Filipa vai referir e podendo haver aqui algum conflito de interesses, que possa dizer respeito às vossas empresas, eu acho que tanto o Senhor Presidente como o Senhor Secretário devem continuar na sala, mesmo que não possam participar na discussão nem votar. Isto por uma razão muito simples: eu não concordo que as pessoas visadas neste assunto tenham que se ausentar e ainda por cima sendo o Presidente e o 1º Secretário da mesa, porque basta que eles não participem na discussão. Porque o facto de estarem presentes com certeza não irá intimidar absolutamente ninguém, pelo menos a mim não o fará, de me pronunciar sobre aquilo que a Dra. Filipa possa ler a seguir. Agora acho que devem estar presentes na sala. Se fosse comigo eu tomaria a minha posição de consciência. Em todo o caso deixo ao critério do Senhor Presidente e do 1º secretário tomarem a decisão que muito bem entenderem. Se a questão for colocada ao plenário digo, claramente, que se ausentem desta sala.

**O Membro Mário de Deus:** Penso que ficámos todos bastante admirados por esta proposta que ainda não sabemos bem o que é. Com esta insídia, penso que é mais uma insídia, não foi dito ainda nada. Já estamos há meia hora com esta conversa e ainda não foi dito nada, mas penso que ficámos todos muito admirados com isto. Às vezes calha bem. Vindo a seguir àquela questão da moção a favor da paz, a gente por aqui fica logo a perceber o empenho que algumas pessoas tinham na paz. O empenho que tinham na paz era este, da insídia, da calúnia. É o da perfídia. Quase que faz lembrar outro deputado, que aqui se sentava noutros tempos e que hoje já não se senta, mas não é isso que eu quero de facto manifestar. O que eu quero de facto manifestar é o meu enojamento. Eu estou enojado porque, de facto, a política, e disse-o muitas vezes quando sentado na mesa da Câmara, a política faz-se com dignidade, faz-se com seriedade. E ganhar e perder tudo isso faz parte da vida. E quem perde hoje, ganha amanhã. E penso que isto é que era a forma de fazer política. Agora esta forma de fazer política, a mim, pessoalmente dá-me nojo. Nojo é a palavra. Nojo, porque se houver alguma coisa para dizer, então que o digam. E que o digam

frontalmente. Senhor Presidente, eu pedi a palavra para lhe pedir, com toda a minha humildade, a si e ao Augusto Guégués, que fiquem. Ouçam pelo menos a perfídia e a forma como se faz política desta maneira. Ouçam, se calhar, pessoas que sabem mais que eu dos comunicados anónimos, pessoas que, se calhar, sabem muito mais que eu e do que todos os que estamos aqui, sobre a origem e a proveniência dos comunicados anónimos. E repito. Que fique bem em acta, que se frise, que se calhar sabem mais que eu sobre os comunicados anónimos para lhe pedirem a si uma coisa tão antidemocrática como esta: saia daqui, que a gente vai dizer mal de si porque já disseram mal de si num comunicado anónimo. Quem diz isto é uma senhora que esteve na Câmara doze anos, que pactuou, nesta Câmara, com enriquecimentos pessoais, que esteve pelos ajustes com tudo e que nunca lhe deu esta sede de ver a verdade, a transparência, e que fez com que os camaradas não tivessem o discernimento de lhe dizer: pára lá aí, vê lá por onde vamos. Peço-lhe a si, senhor presidente, que entenda isto como um parêntesis. Peço-lhe o favor da contenção. O senhor poderá falar, dizer muita coisa, mas eu peço-lhe, encarecidamente, que não diga mais do que o que estritamente pode dizer. Isto é um pedido que lhe faço, encarecidamente, olhos nos olhos. Não diga mais do que aquilo que as circunstâncias aqui lhe deixam dizer. Seja o senhor um exemplo de dignidade e de frontalidade e cada coisa que podia dizer, mas eu peço-lhe, não diga mais nada, não saia daí, encare esta gente olhos nos olhos e no fim de ouvirmos o arrazoado do que aí vem, não, sabemos o que é que aí vem, então tomaremos alguma posição, conversaremos todos com certeza. E não entenda isto como uma ofensa da Assembleia, não se sinta de forma nenhuma responsabilizado por esta encenação, nem por este teatro, que não tem nada a ver. Peço-lhe encarecidamente que compreenda isto desta forma.

**O Membro Filipa de Almeida:** Neste momento tenho o direito de falar, depois desta intervenção.

**O Presidente da Assembleia:** Agora vai falar o Senhor Proença que estava inscrito. Falará a seguir aos inscritos.

**O Senhor António Proença:** Senhora deputada, Dra. Filipa, a sua proposta cabe dentro da lei, fundamentalmente em quê? Em acusações anónimas? Mas afinal onde é que isso já se viu? Ou a sua proposta está acima dos pareceres jurídicos que são dados à Câmara? Com que fundamento traz para aqui acusações anónimas? A Sra., o que está a fazer é baralhar toda esta Assembleia. Tenha paciência, não é assim que se faz política. A Senhora tem o direito de apresentar a sua posição mas, sinceramente, faça-o com deve ser, como nós o fizemos quando a Senhora estava no poder.

**O Membro António Anselmo:** Boa noite Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, membros da Assembleia. Eu estou magoado com aquilo que estou a ouvir. Sinceramente, quando me meti nesta situação pensei que vinha para aqui discutir assuntos de Borba e entendo que neste momento a Senhora Dra. Filipa é responsável, ela e algumas outras pessoas, de terem criado uma espécie de polvo, de uma máfia completa em relação a Borba, e vêm agora com conversas de meia tigela. Neste momento estou a seu lado Senhor Presidente e ao lado do Senhor Augusto Guégués. Lamento que pessoas que se dizem comunistas, que se dizem defensores da classe operária, que se sirvam da classe operária, humilharam a classe operária. Sinceramente, dá-me uma tristeza tão grande. Eu diria como o Mário diz. E quem passou, como eu particularmente passei, pelo que dizem e dizem que não dizem. Eu estou aqui nervoso e triste porque pensei que esta Assembleia fosse um local mais digno. Pensei que se falasse de Borba, que se resolvessem os problemas de Borba. Não. Aqui parece que temos inveja uns dos outros. Quem é o mais rico? é o Senhor Presidente actual? O antigo Presidente? A ex-Vereadora? É o que vier a seguir? É isso que querem fazer da minha Terra? Não pode ser. A Sra. que ofenda quem quiser, que provoque quem quiser, que meta em tribunal quem quiser. Eu lembro-me de uma discussão que houve aqui numa Assembleia extraordinária em relação aos empréstimos da Câmara. Diziam que era ilegal, que iam para o Tribunal de Contas, mas os empréstimos foram aprovados pelo Tribunal. Aquilo que se está a passar aqui, sinceramente, entendo que a pior coisa é o boato. É triste e lamentável para mim. Quem faz isso são pessoas que se dizem de esquerda, que deviam ter postura, dizerem aquilo que querem, que deviam lutar por quem trabalha, mas aproveitaram-se de quem trabalha e o Povo, em Dezembro de 2001, disse aquilo que queria e disse que já chega, que venham outros. E que daqui por três anos venham outros se estes não servirem, mas que Borba evolua, que cresça. Mas não, aqui é ao contrário, aqui vamos perder tempo.

Estamos há duas horas a falar em coisas sem interesse. Primeiro pela paz, qual paz? Se tiver que a acusar a si, eu acuso-a de cara a cara, não é de baixo desses News. Por amor de Deus, tenham respeito pelas pessoas. Não sei o que se vai passar aqui a seguir, com as acusações que vão fazer, agora que as façam e depois o Presidente e o Secretário que saibam defender-se. Não há problema nenhum pela minha parte, estou completamente solidário com vocês.

**O Membro Filipa de Almeida:** A minha primeira intervenção não merecia todo este desarrazoado que para aqui vai. Houve tanta conversa e conversas que vão produzir outros efeitos colaterais para além daqueles que a proposta refere. Depois deste ponto, eu vou fazer uma proposta, porque ofensas pessoais eu não tolero, nem aqui, nem em lado nenhum. E o Senhor Mário, membro desta Assembleia, vai responder por aquilo que disse há pouco. E esta questão é pessoal, esta sim, é pessoal. Quanto ao que está em discussão, o Senhor Presidente da Assembleia, penso, da expressão que tem e que nós vemos, e daquilo que disse há pouco, penso que percebeu perfeitamente. Mas há membros desta Assembleia que não querem perceber. O Senhor Presidente da Assembleia até disse que se tivesse que votar até votava um pedido de inspeção. Deixem apresentar a proposta, não façam considerações antes. Tem havido vários eleitos do PS inscritos para ofender, para falarem de uma coisa que não conhecem. Portanto deixem ouvir primeiro e o Senhor Presidente fará aquilo que entender. Participe ou não participe, isso não é uma proposta para ser votada. A decisão é sua e o Senhor faz como entender. Ninguém o obriga a sair, ninguém o obriga a ficar. Agora, digo-lhe uma coisa sinceramente, também olhos nos olhos: não têm sido os eleitos do PS que, com as intervenções que têm feito, o têm estado a ajudar nada. Portanto se me permite eu vou ler a proposta.

**O Presidente da Assembleia:** Mas, Dra. Filipa, nós todos estamos à espera que apresente a proposta desde o princípio da conversa.

**O Membro Filipa de Almeida:** Mas eu já pedi a palavra há muito tempo.

**O Presidente da Assembleia:** A mesa seguiu a ordem das inscrições. Faz favor de a apresentar. A mesa dá a proposta como entrada e vai ser lida pela Dra. Filipa (proposta assinada por três eleitos da CDU constante em anexo. A partir deste momento eu não queria falar mais sobre este assunto. Solicito ao Plenário que nomeie um membro para vir tomar o meu lugar na mesa.

**O Membro Mário de Deus:** eu já calculava que a proposta que o Senhor ia fazer era essa e eu ia tentar que o não fizesse. É um homem sério e naturalmente que reagiria assim. Ia pedir-lhe que marcasse cinco minutos de intervalo para conversarmos todos, ali dentro, para lhe pedir que não faça isso. Precisamos de combinar como vamos resolver a questão e de vir só um falar, para não perdermos mais tempo e darmos uma resposta.

**O Membro Jerónimo Cavaco:** Queria pedir-lhe que tomasse a sua decisão só depois do intervalo. Mas também queria pedir à Dra. Filipa que me facultasse os tais documentos anónimos. É que, devido à minha ausência forçada de Borba, não os conheço. Não sei daquilo que estamos a falar e tenho sérias dúvidas que tenham substância para consubstanciar um pedido de investigações.

**O Presidente da Assembleia Municipal:** Vamos fazer um intervalo de cinco minutos.

**O Presidente da Assembleia Municipal:** Vamos dar continuidade aos trabalhos. Uma vez que está na mesa uma proposta com o teor que se viu, vão-se ausentar da mesa as duas pessoas que estão aqui visadas.

**O Membro Mário de Deus:** Senhor Presidente, com essa decisão e contra a minha vontade, proponho que os trabalhos sejam conduzidos pelo 2º Secretário e que dois companheiros meus ocupem os lugares vagos. Peço ao António Anselmo, Presidente da Junta de S. Bartolomeu e ao Presidente da Junta de Rio de Moinhos, António Paixão, que ocupem os vossos lugares.

**O Presidente da Assembleia:** Está uma proposta na mesa. Quem vota a favor da admissão da proposta

faça favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem vota contra? Quem se abstém? Está admitida por unanimidade. Alguém se quer inscrever para falar sobre a proposta? Ninguém? Vamos votar a proposta. Quem vota a favor da proposta faça favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem vota contra? Quem se abstém? Está aprovada por unanimidade. Portanto o 1º Secretário da mesa e o Presidente vão ausentar-se da sala, os Senhores António Anselmo e António Paixão façam favor de tomarem os seus lugares na mesa.

**2º Secretário** (António Proença, nas funções de Presidente da Mesa da Assembleia):

Sobre esta proposta penso que não há mais nada a dizer. Todavia queria dizer algo à Sra. Deputada Filipa, que era o seguinte: aqui a determinada altura, pergunta como é que a empresa sabe a situação fiscal dos empresários que trabalharam no Jardim. E são empresários porque estão, de facto, colectados nas finanças. São, para todos os efeitos, empresários que podem trabalhar para a empresa A ou B e eu penso que só quem tem legalidade bastante para saber, de facto, a situação fiscal de cada empresário e de cada empresa é a Direcção Geral das Contribuições e Impostos. Logo a empresa Borconstroi, nesse caso, não tinha que saber a situação fiscal dos diferentes empresários. Mas, de qualquer maneira, penso que mais ninguém está inscrito sobre esta proposta e para não perdermos mais tempo. Quer falar, faz favor.

**O Membro Filipa de Almeida:** Senhor Proença, é só para lhe dizer que concordo consigo. Mas o que está neste documento, nesta proposta é uma pergunta, porque o comunicado da Borconstroi diz o seguinte: quem trabalhou no Jardim Municipal foram pedreiros devidamente colectados nas finanças, que tanto podem trabalhar para a Câmara como para quem os contrate. Portanto quem faz esta afirmação é a Borconstroi. Portanto eu estou de acordo consigo: só as finanças é que podem saber quem é que está devidamente colectado.

**O 2º Secretário** (António Proença, nas funções de Presidente da Mesa da Assembleia):

Então para não perdermos mais tempo com a proposta, vamos pô-la à votação.

**O Presidente da Câmara Municipal:** Senhor Presidente, se me permite, a Câmara já foi aqui várias vezes visada e eu, como Presidente deste executivo, queria dizer pelo menos duas coisas. A primeira é que, aliás três coisas. A primeira é que, felizmente ou infelizmente, ao longo da minha vida profissional já tive o prazer de receber muitas cartas anónimas e de facto não lhe dei propriamente o arquivo cesto, como dizia há bocado alguém, mas guardei-as. As cartas, os comunicados, guardo-os todos, por mais que não seja para um dia escrever as minhas memórias e lembrar-me daquilo que disseram acerca de mim. Portanto eu tenho bem presente tudo aquilo que tem saído. Felizmente, penso que os tenho todos. Claro que não ligo grande importância. São coisas que não me chateiam nada e estou de consciência perfeitamente tranquila. Agora quero dizer o seguinte: eu tinha algumas dúvidas, mas penso que agora se começa a fazer luz na minha cabeça. Aliás, esta situação que aqui é levantada, curiosamente pela CDU, já numa reunião de Câmara foi levantada, curiosamente pelos eleitos do PS e por mim. Foi levantada por mim e a resposta que foi dita, e estão aqui pelo menos três vereadores que estavam nessa reunião, foi que, provavelmente, estes comunicados eram parecidos a outros que noutros tempos saíam no jornal Terras Brancas. Isto foi um comentário que foi feito nessa reunião. Isto para vos dizer o seguinte: estou de consciência perfeitamente tranquila, não tenho problemas absolutamente nenhuns, mas quero-vos dizer o seguinte, e estive calado até agora exactamente porque queria ouvir, queria chegar até mesmo à votação final desta proposta para vos dizer o seguinte: eu acho muito bem que todas essas propostas vão para lugares que inspeccionem esta Câmara. Mas eu não vou enviar essa proposta e esta acta e esta gravação para esses locais. Enviarei todos os comunicados que tenho guardados, juntamente com esta acta e juntamente com esta gravação para a Polícia Judiciária. Para aí é que vou mandar tudo porque, neste momento, penso que há aqui muitas pontas por onde se possa pegar. Muito obrigado.

**O 2º Secretário** (António Proença, nas funções de Presidente da Mesa da Assembleia): Muito obrigado Senhor Presidente. Penso que está exactamente na altura de colocarmos a proposta à votação. Quem vota a favor desta proposta? A proposta está aprovada por unanimidade. Terminada esta situação inédita proponho, faz favor.

**O Membro Jerónimo Cavaco:** Senhor Presidente, peço desculpa. Eu só gostaria, e sei que não é a melhor altura, mas eu gostaria de perguntar, muito simplesmente, à bancada CDU, porque foi a bancada CDU que apresentou esta proposta acompanhada por estes boletins e, como foi a Dra. Filipa que dirigiu esta discussão sobre aquilo que é ou não esta proposta, há uma coisa que ainda me mete alguma confusão, não só a mim mas a mais algumas pessoas presentes nesta sala. Aquilo que está aqui nesta proposta, bem como os anexos a esta proposta, é subscrito pelos eleitos da CDU? É a pergunta que eu faço. Só. Mais nada.

**O Membro Filipa de Almeida:** Senhor Presidente, isto já é um bocado irregular depois da votação, mas posso responder? Se eu entendi a pergunta é se nós concordamos ou se acreditamos naquilo que vem aqui? É isso?

**O Membro Jerónimo Cavaco:** O que eu perguntei é se subscrevem o que está aqui, basicamente

**O Membro Filipa de Almeida:** O que está onde?

**O Membro Jerónimo Cavaco:** O que está na proposta, bem como nos documentos em anexo?

**O Membro Filipa de Almeida:** Subscrevemos a proposta. Os documentos são aquilo em que nos baseamos. Não temos que acreditar, ou não, nos documentos. Por isso é que pedimos a proposta de inspeção.

**O Membro Mário de Deus:** Queria fazer uma declaração de voto, uma breve declaração de voto. E eu penso que a tinha que fazer porque eu tenho sido sempre um homem que aqui tem dito, sempre, que nesta casa é que se discute política, esta casa é que é por excelência a casa da democracia. É aqui que se deve conversar, discutir, trocar as impressões. Às vezes ser mais ou menos delicado, às vezes ser mais ou menos rigoroso. Mas penso que é aqui, nesta casa, que se deve fazer isto tudo, menos a chicana política. Eu quero deixar hoje aqui o meu desgosto. Tive ocasião de dizer, quando apontei dois camaradas meus para a mesa, que não era da minha vontade. Fui vencido porque há homens sérios que impuseram a sua vontade e eu tive que me submeter a ela. E naturalmente que fui cúmplice nesta encenação que aqui se passou. Agora quero dizer aos meus patrícios todos, sejam de que cor forem, sejam do PS, sejam do PSD, sejam do PCP, que não é assim que se faz política. Isto não é fazer política.

**O 2º Secretário (António Proença, nas funções de Presidente da Mesa da Assembleia):** Mário, por favor, vire-se para a mesa.

**O Membro Mário de Deus:** Isto não é estar interessado nos desígnios da nossa terra. Não é. Ao fim de doze anos de uma força política.

**O 2º Secretário (António Proença, nas funções de Presidente da Mesa da Assembleia):** Mário, tenha paciência, tem que se virar para a mesa. Não complique os meus cinco minutos de presidente, por favor.

**O Membro Filipa de Almeida:** Senhor Presidente, protesto.

**O Membro Mário de Deus:** Senhor presidente, peço desculpa por isso, mas também, se não dissesse isto, não me achava, eu também, um homem de boa fé e de confiança, ao fim de doze anos.

**O Membro Filipa de Almeida:** Senhor Presidente, protesto. Isto não pode continuar.

**O Membro Mário de Deus:** Ao fim de doze anos da forma como as coisas decorreram.

**O Membro Moura Lopes:** (soprando ao microfone) Isto não pode ser. Isto ou acaba ou calamos todos ou falamos todos. Eu também quero falar.

**O Membro Filipa de Almeida:** Óh senhor Presidente, o que é isto?

O **2º Secretário** (António Proença, nas funções de Presidente da Mesa da Assembleia): Mário, faça a declaração de voto virado para a mesa.

O **Membro Mário de Deus**: Ao fim de doze anos de uma força política que teve o poder nesta Terra.

O **Membro Filipa de Almeida**: Senhor Presidente, não podem continuar intervenções depois da votação.

O **Membro Mário de Deus**: Passado um ano e pouco chegamos a esta degradação.

O **Membro Filipa de Almeida**: O senhor pediu-lhe para responder.

O **Membro Mário de Deus**: de facto, isto ilustra quem a pratica.

O **Membro Moura Lopes**: (soprando no microfone) Cale-se!

O **2º Secretário** (António Proença, nas funções de Presidente da Mesa da Assembleia): É isto que os senhores querem? Mário, já fez a sua declaração de voto?

O **Membro Mário de Deus**: Ia acabar, desculpe. Eu penso que isto é bom que aconteça. As pessoas sabem com quem estão metidas. As pessoas sabem, de facto, o interesse das pessoas em participar.

O **2º Secretário** (António Proença, nas funções de Presidente da Mesa da Assembleia): Termine com isso porque isto é uma irregularidade. Assunto votado jamais é discutido. E avance com a declaração de voto. Pronto. Está a declaração de voto feita, não é?

O **Membro Mário de Deus**: Muito obrigado, Senhor presidente.

O **2º Secretário** (António Proença, nas funções de Presidente da Mesa da Assembleia): Eu só quero fazer uma última pergunta à Senhora Dra. Filipa e quero ser mais directo que o Dr. Jerónimo. A Senhora, pelo menos, acredita que é factual, que são verídicos, os boatos que aqui estão? Anónimos e por aí fora? Eu quero fazer esta pergunta? Posso fazer?.

O **Membro Filipa de Almeida**: Senhor Presidente da Assembleia em exercício, já acabámos a votação. Só há direito a declaração de voto.

O **2º Secretário** (António Proença, nas funções de Presidente da Mesa da Assembleia): Percebi que se recusou à resposta. Alguém se opõe a que o Presidente da Mesa e o primeiro Secretário retomem os seus lugares? Muito obrigado.

O **Presidente da Assembleia Municipal**: Pela minha parte, eu queria agradecer a todos o voto de unanimidade. Se estivesse presente, como já referi anteriormente, teria também votado favoravelmente esta proposta. Continuamos ainda no período de outros assuntos de interesse para a Autarquia. Mais alguém quer falar sobre este assunto? Portanto está encerrado o período de antes da ordem do dia. Vamos passar ao ponto número dois - Período para intervenção do Público.

### **PONTO DOIS: Período para intervenção do público**

O **Presidente da Assembleia**: Alguém do público quer falar? Faz favor. Tem que se identificar e depois fala. Recordo que só se podem fazer perguntas. Não se podem fazer considerandos

O senhor **Francisco Silveira**: Uma coisa que gostei de ver foi o senhor ter abalado quando estas perguntas foram feitas. Mas poderia ter abalado mais cedo e não ter existido toda esta polémica porque, no fundo, o senhor é capaz de ter, posso falar? Eu, uma coisa como esta que foi posta, puseram pessoas em causa mas não puseram em causa. O senhor até pode ter razão, quer dizer, o que está aqui, tudo o que foi dito, até o senhor Presidente poder ter razão. Deus queira que tenha razão nesse aspecto. Mas não precisava de criar toda esta polémica. O senhor Presidente, sabendo que não tem hipótese, de pé,



metendo-se nesse assunto; não foram esclarecidos. O senhor Presidente devia ter-se logo retirado e deixar a proposta em andamento porque, no fundo, o que é que se ganha estar a perguntar se posso sair, se posso entrar. Isso não está a bonificá-lo. Acho que o senhor Presidente deveria ter logo feito era isso. Dizer logo assim: quem não deve não teme, costuma-se dizer. É um ditado muito bem feito. Acho que o senhor Presidente devia não criar esta polémica, porque isto é uma polémica. Depois voltam-se para o público, quer dizer, era só isso que eu queria esclarecer, porque, no fundo, eu tenho a certeza que o senhor Presidente, que tem toda a razão, mas não devia ter criado esta polémica. Só dizia assim: pronto, se é por este problema eu abalo. Façam lá a sua votação e depois cá estou outra vez. E tenho a certeza que se tiver razão, ninguém lha tira. Era só isso e obrigadinho senhor Presidente.

**O Presidente da Assembleia:** Tem razão, em parte. É que a Dra. Filipa também podia ter lido logo a proposta e eu sabia do que se tratava e ausentava-me. Logo que ela a leu eu ausentei-me. Mais alguém quer falar? Portanto está encerrado o segundo ponto que é para intervenção do público. Vamos passar ao terceiro ponto do Período da Ordem do Dia.

### **PONTO TRÊS: Período da Ordem do Dia:**

#### **Ponto três ponto um: Regulamento Provisório do Conselho Municipal de Segurança:**

**O Presidente da Assembleia:** Quem se quer inscrever sobre este assunto, faz favor.

**O Membro Filipa de Almeida:** Senhor Presidente, sobre a constituição da Conselho Municipal de Segurança estamos de acordo. Naturalmente as questões de segurança são variadíssimas, são de variadíssima ordem e podemos também não resolver os problemas todos. Mas um fórum desta natureza, como o que é proposto, com esta composição, certamente ajudará a discutir alguns dos problemas de insegurança do Concelho e que hoje são prática corrente do País e no mundo. A minha proposta, mas primeiro com uma pergunta, para nós podermos também avançar. Gostaria de fazer primeiro uma pergunta relativamente ao artigo quarto, à proposta de composição do Conselho Municipal de Segurança na alínea "n". E sendo que este regulamento é uma proposta da Assembleia Municipal que, de acordo com a lei, se eu estiver errada façam favor de me corrigir, mas, salvo erro, de acordo com a lei, é um regulamento a aprovar, que será depois entregue ao senhor Presidente da Câmara, que preside ao Conselho, penso que é assim, de acordo com a lei. Portanto não há um órgão, a não ser o próprio conselho, não há nenhum órgão que decida sobre omissões que possam ficar neste regulamento. Para ser mais concreta, na composição não há dúvidas nenhuma de quem é que é o presidente da Junta, ou quem é que é o Comandante do Posto da GNR, ou representante do projecto vida. Será alguém a indicar pelo projecto ou o Presidente do Conselho do Agrupamento de Escolas etc,... portanto não há dúvidas nenhuma de quem. Mas, por exemplo, na alínea "n" o representante das associações económicas. O designar por estas palavras pode levantar algumas dúvidas. Primeiro, na definição do que são e quais são as associações económicas. Portanto, se isto não ficar explícito, não sei como é que o senhor Presidente da Câmara depois faz este pedido de indicação do membro. Nas Associações sindicais, enfim, também poderá haver alguns problemas. Mas aí poderíamos eventualmente dizer que a União dos Sindicatos poderia indicar. Mas há sindicatos que não fazem parte da União dos Sindicatos. Estas eram as dúvidas que eu tinha, as propostas. Não sei se é a mesma dúvida, não sei se as associações económicas, se realmente entenderem que isto também pode ter o mesmo problema que estou a levantar, que é, quem é que indica quem. Se em vez de associações económicas não deveríamos ter antes um representante das colectividades de cultura e desporto e recreio do Concelho. E aí sabemos exactamente quais são. E entre elas indicariam um representante. Isto porquê? Porque as colectividades contactam com gente de todas as idades, contactam com crianças, contactam com jovens, contactam com idosos e conhecem os problemas de insegurança dos vários extractos etários e sociais e socio-económicos do Concelho. Portanto, parecia-me bem que um representante das colectividades, a designar por estas, pudesse fazer parte do Conselho Municipal de Segurança. Uma entidade em particular, e não é nenhuma encomenda do meu camarada Cardoso, mas uma entidade em particular, que é a Associação Portuguesa de Deficientes, penso que deveria ter assento neste conselho. Questões de segurança têm a ver com todos nós. Mas questões de segurança, às vezes, têm em primeiro lugar a ver com aqueles que mais directamente têm alguma

limitação física ou psíquica. Penso que uma Associação como a APD deveria estar representada. Em relação às associações sindicais, aos representantes das associações sindicais, com as dúvidas que levantei portanto, quem é que indica? Não sei se isto é fácil. Atrevia-me a fazer uma proposta: que em vez de associações sindicais, no plural, e dado o concelho em que vivemos, participasse aqui um representante de um sindicato específico, em vez das associações sindicais em geral. Participasse um representante do sindicato da construção civil, portanto do sindicato dos trabalhadores das pedreiras, porque as questões de segurança, nas pedreiras, são muito graves e todos as conhecemos. Em vez de associações sindicais em geral, participasse um representante dos trabalhadores das pedreiras. A última alínea, que é de lei certamente: quatro cidadãos de reconhecida idoneidade designados pela Assembleia Municipal. Aqui ainda teremos mais problemas. Porque quem é que indica e atesta a idoneidade de quatro cidadãos? Portanto tem que haver aqui algum critério. Se calhar, já pensaram. Se calhar a mesa da Assembleia até já pensou nisto. Portanto eu não sei, mas terá que haver aqui algum critério. Não sei qual poderá ser, não sei como é que tem sido nos outros concelhos, se têm experiência de outros concelhos ou não, mas lembrei-me, e sem saber se isto é assim em algum outro concelho onde já tenham constituído o Conselho Municipal de Segurança, lembrei-me que um dos princípios poderia ser a representatividade partidária no concelho. Um representante de cada força política, ou dois do Partido Socialista, porque tem um peso maior, e um da CDU e um do PSD. São questões que me parece que devem ficar definidas porque, senão, estes representantes não participam, por dificuldade de serem indicados.

**O Membro Jerónimo Cavaco:** Se me permite, só no que respeita aos casos omissos, que a Dra. Filipa referiu, o artigo dezoito deste regulamento prevê que será feito pela Assembleia Municipal. Portanto tudo o que alertou, à partida, deverá ser discutido neste Fórum. O artigo dezoito diz que qualquer dúvida que surja na interpretação deste regulamento, ou perante casos omissos, a dúvida ou omissão serão resolvidas por deliberação da Assembleia Municipal. Portanto eu penso que as dúvidas que lhe surgiram deverão ser resolvidas nesta Assembleia. Se me permite, só uma coisa. De facto, a Dra. Filipa referiu que, devido à dimensão do concelho, as associações sindicais deveriam ser reduzidas a uma única associação sindical. Pegando nas sábias palavras do meu amigo Mário, que diz que nesta casa é que se faz política, e isso já foi hoje aqui referido diversas vezes, eu não faço questão de fazer política, mas penso que é objectivo deste executivo e destes membros desta Assembleia Municipal que este conselho, a breve prazo, não esteja reduzido a uma única associação sindical, mas que existam várias associações sindicais representativas de várias indústrias, que se possam vir a sediar no concelho. Portanto eu penso que este regulamento poderá ter sido feito a pensar nisto. Não sei. É a minha opinião.

**O Membro Filipa de Almeida:** Senhor Presidente, desculpe-me só mais uma pergunta. Vamos votá-lo na generalidade e vão-se votar as propostas ou ficam para uma outra assembleia? Estas que eu fiz de incluir um representante das colectividades, de incluir um representante do sindicato dos mármoreiros, da APD. Como o Jerónimo disse, e é verdade, compete à Assembleia Municipal deliberar sobre os casos omissos. Se nós não deliberarmos hoje vamos ter que deliberar noutra altura.

**O Presidente da Assembleia:** Para basear as suas propostas tem que ler o decreto-lei. Ele explica todas as suas dúvidas. A única que o decreto-lei não explica é a dos quatro cidadãos que podem ser até vinte. Essa dos quatro cidadãos poderá ser a Assembleia, posteriormente, a designar quem são, quando o Presidente da Câmara pretender convocar este Conselho. Todas as outras dúvidas estão no decreto-lei. Tem que o ler. Está lá tudo.

**O Membro Filipa de Almeida:** Senhor Presidente, desculpe lá, mas a Assembleia não sabe e vai votar uma proposta? Mas não conhece como é que é indicado o representante das Associações Económicas porque nós temos que definir quais são.

**O Presidente da Assembleia:** Quando o Presidente da Câmara resolver convocar o Conselho, ele vai solicitar demarches nesse sentido. O que está aí escrito é exactamente o que é preciso fazer.

**O Membro Filipa de Almeida:** Nessa altura, o Presidente da Câmara pedirá à Assembleia que indique?

**O Presidente da Assembleia:** Não. O Presidente da Câmara recebe este regulamento provisório e vai

implementá-lo. É o que está na lei.

**O Presidente da Câmara:** O critério que eu vou usar vai ser aquele que fiz em relação ao Conselho de Educação, por exemplo. Peço que dentro das Associações industriais da região me indiquem um nome. Convoco-os todos e digam-me quem é o representante. Se não me indicarem, na próxima Assembleia direi que os convoquei todos e não quiseram. Se a Assembleia entender designará outra pessoa, que é o que diz a lei. E assim se fará.

**O Membro Filipa de Almeida:** Se o decreto diz quais são as entidades não precisamos de ter um regulamento municipal. É igual para todo o País. Era geral.

**O Presidente da Assembleia:** Não é assim. Tem especificidades. Por exemplo, no último ponto, o decreto-lei diz que podem ser até vinte e nós só estamos a pôr quatro. Relativamente às entidades de que falou anteriormente não está previsto serem incluídas e portanto não se podem incluir. Mas isto é uma conversa que estamos aqui a ter, que é mais um esclarecimento, porque isto não adianta nada ao regulamento. O regulamento diz no preâmbulo quais são os decretos que se seguiram e, portanto, em vez de se vir conversar para aqui devia-se estudar o assunto. O decreto está no Gabinete de Apoio à Assembleia, as pessoas iam lá, tiravam fotocópias, são só duas folhas, e depois fazia-se a análise. Agora estar aqui a discutir coisas, desconhecendo a lei, acho que não tem interesse nenhum, não adiantamos nada.

**O Membro Filipa de Almeida:** O senhor é que sabe. Então eu requero uma cópia do decreto, se for possível ainda hoje, já que são só duas folhas, para trazer propostas para a próxima Assembleia.

**O Presidente da Assembleia:** Está aceite o requerimento. Vamos passar à votação. Quem vota a favor, levante o braço. Quem vota contra? Quem se abstém? Está aprovado por unanimidade. Vamos passar ao ponto três ponto dois.

#### **Ponto três ponto dois: Regulamento das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada::**

**O Presidente da Assembleia:** Este regulamento já esteve presente na Assembleia. Foi para reformulação na Câmara e volta agora, depois de reformulado.

**O Membro Ivone Espiguiha:** No artigo 23º da Tabela de Taxas, na penúltima página, diz o seguinte: só serão admitidas fracções mínimas de quinze minutos. Assim sendo eu acho que haveria de estar tabelado um valor para os quinze minutos e a tabela começa em trinta.

**O Presidente da Assembleia:** Como utilizador, em Lisboa, deste sistema, o que lhe posso acrescentar é o seguinte: os quinze minutos são intervalos para além dos trinta minutos. Quer dizer, entre os trinta minutos e a primeira hora pode haver um período de quinze minutos, tal como entre a primeira hora e a segunda, etc... Não conheço nenhum sistema que contemple menos de trinta minutos de início. Se mais ninguém quer falar sobre este assunto passamos à votação. Quem vota a favor levanta o braço. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por maioria, com treze votos a favor e quatro abstenções. Passamos ao ponto três ponto três.

#### **Ponto três ponto três: Proposta de alteração ao Regulamento Municipal do Serviço de Abastecimento de Águas:**

**O Presidente da Câmara:** Esta proposta de alteração ao regulamento é uma proposta que tem que ver apenas com uma terminologia que era usada neste regulamento e que se referia ao aluguer do contador. Como nós não substituímos o termo de aluguer do contador, no fundo, a única alteração que existe é que nos artigos onde era referida taxa de aluguer deixa de se referir e passa-se a referir quota de disponibilidade mensal. Não tem absolutamente mais nenhuma alteração.

**O Membro António Paixão:** Senhor Presidente, também só substituir aluguer por quota, sem ser mais

nada, porque é que se faz? Terá que haver alguma razão.

**O Presidente da Câmara:** É que fomos informados de que não é legal alugarem-se contadores. Isto é a informação que temos. Então, em vez de aluguer, como fazem outras Câmaras, passamos a chamar-lhe quota.

**O Presidente da Assembleia:** Vamos passar à votação. Quem vota a favor levante o braço. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade. Vamos passar ao ponto três ponto quatro.

**Ponto três ponto quatro: Projecto de Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização:**

**O Presidente da Assembleia:** Quem se quer inscrever para falar sobre este assunto, faz favor.

**O Presidente da Câmara:** Só dizer-vos que é um projecto que nós apresentámos. Suponho que já saiu, ou está para sair, no Diário da República e que estará à discussão pública durante trinta dias e, portanto proponho que se aprove agora e se houver algumas propostas de alteração, desde que sejam aceites, voltarão novamente à Câmara e à Assembleia. Não sendo aceites, considerar-se-á portanto aprovado.

**O Presidente da Assembleia:** Como mais ninguém quer falar sobre o assunto vamos passar à votação. Quem vota a favor, levante o braço. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por maioria, com doze votos a favor, três votos contra e duas abstenções. A CDU apresentou declaração de voto (anexo 11). Vamos passar ao ponto três ponto cinco.

**Ponto três ponto cinco: Alteração à Tabela de Taxas, Licenças e Tarifas para o ano de 2003:**

**O Presidente da Assembleia:** Passo a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

**O Presidente da Câmara:** Relativamente a este assunto quero dizer-vos o seguinte: esta alteração que foi feita resulta basicamente da eliminação de alguns erros que apareciam na tabela anterior. E que até tinham sido detectados e que depois, aqui na Assembleia, os Vereadores presentes se negaram a fazer aqui a assinatura. Basicamente foi isso e principalmente às alterações nas taxas da água, saneamento e dos resíduos sólidos. Houve, da nossa parte, alguma reflexão sobre o assunto e quando íamos para implementar as taxas deparámos com situações que não consideramos correctas. Uma das coisas foi exactamente a base de partida. Tínhamos partido de uma base que, em termos de escalonamento, não correspondia, no fundo, às nossas expectativas relativamente aos benefícios que daí poderiam advir para os consumidores. Ou seja, a tabela não era aquela que se considerava a mais favorável para as populações. Como essa base escalonar tinha implicações, quer nos resíduos sólidos, quer no saneamento então optámos por apresentar à Assembleia Municipal uma terceira versão e apresentaremos a quarta, a quinta, a sexta até atingirmos aquilo que nós entendermos que seja o melhor para as populações. Não somos daqueles que temos os entrolhos e que quando reconhecemos que errámos não mudamos. Nós reconhecemos que as coisas não estavam bem e, não estando bem, mudámos então em relação ao abastecimento de água, ao metro cúbico de água. Nós chegámos à conclusão que cerca de setenta e cinco por cento dos consumidores não vão além dos quinze metros cúbicos de água e que cerca de noventa e oito por cento não vão além dos vinte cinco metros cúbicos de água. Então considerámos esses escalões que aí aparecem na tabela: o escalão um, dois, três, cinco, seis, dez, onze, quinze, dezasseis, vinte e vinte e cinco e mais de vinte e cinco. O valor mínimo começa nos vinte e cinco centimos, para o escalão um e dois, e termina em um euro e oitenta centimos para mais de vinte e cinco metros cúbicos. Como já tínhamos feito na outra tabela, as pessoas não vão ser taxadas ao mesmo preço, de acordo com o número de metros cúbicos de água, como eram na tabela dos anos anteriores. Por exemplo, uma pessoa que consuma 15 m<sup>3</sup> de água não vai pagar todos os 15 m<sup>3</sup> a oitenta centimos, como era até aqui. Vai pagar os primeiros dois metros a vinte e cinco centimos, os três metros seguintes a 30 centimos, os quatro metros seguintes 50 centimos, os quatro últimos a 80 centimos. Ou seja, a taxa vai ser progressiva. Portanto ninguém vai ser taxado pelo escalão máximo do consumo como era antigamente. Outra grande diferença é que nós considerámos que, quer os consumidores domésticos, a indústria, o comércio e os serviços, vão pagar até aos 25 m<sup>3</sup> de água pelos mesmos escalões. Todos os consumidores vão pagar pela mesma

tabela. Se compararmos esta tabela com as tabelas anteriores há ligeiros aumentos, mas nós vamos enviar a toda a população um mailling onde vamos exactamente mostrar o que acabei de dizer. Como por vezes se fazem comparações quero dizer-vos o seguinte, e sei que numa Assembleia Municipal aqui numa terra ao lado já se fizeram comparações e disseram que a nossa tabela era mais elevada que a deles. Quero dizer-vos que poderá, eventualmente, ser ligeiramente mais elevada em termos de escalões mas, em termos de pagamento, é mais baixo. Depois, tudo isto acaba por ter reflexos também no saneamento e nos resíduos sólidos. Aqui fomos para valores percentuais. Ou seja, aplicámos uma tarifa fixa a todos os utentes que não consumam água vão pagar 50 cêntimos por mês e uma tarifa variável, que corresponde a vinte por cento do valor da água consumida, isto para o saneamento. Quero referir que a indústria, o comércio e serviços já vinham pagando, nos anos passados, esta taxa. Em relação ao resíduos sólidos também vai existir uma tarifa fixa de 50 cêntimos e uma tarifa variável que corresponderá a 35% por cento do valor da água consumida, com uma diferença: não vai além dos 10 euros mensais; isto porque se considerou que existe um limite de produção de resíduos sólidos. Pensamos que estas novas taxas e tarifas naturalmente vão, em termos globais, subir, mas que os consumidores também irão compreender. Verificámos que existem contadores com grandes volumes de água por contar e vamos proceder às contagens para evitar que paguem essas quantidades de água pelos novos preços. Queria também referir que havia contadores avariados, contadores a zero, com consumo anual de zero. Estamos a fazer um esforço muito grande no sentido de manter tudo a funcionar. Quero dizer também que, mesmo com estes aumentos, não conseguimos arranjar o dinheiro para pagar as despesas. Nós pagámos, só para transportar os resíduos para Évora e até Setembro, cerca de 14 mil contos. Neste momento estamos quase em condições de colocar a central de transferência em funcionamento e esperamos baixar os valores. Queremos chamar a atenção de todos os consumidores para a necessidade de a contagem ser feita mensalmente, tendo presente a importância dos valores correspondentes ao saneamento e aos resíduos sólidos. Relativamente às pessoas que não têm saneamento básico podem fazer um requerimento e pedir isenção desse saneamento. Fazer o requerimento porquê? Porque cada um sabe de si, e às vezes, até pode acontecer que as pessoas, não tendo saneamento básico, prefiram pagar a taxa de saneamento em vez de pagar a limpeza das fossas. Isto passa-se em relação ao saneamento básico e aos resíduos sólidos. Aqui convém referir que quem não paga a taxa de resíduos sólidos só pode queimar os resíduos com licença camarária. Isto advém das novas descentralizações do Estado para as Câmaras. Esperamos que sejam também implementados os sistemas de recolha selectiva de resíduos, que o não foram já porque as Câmaras não pagam à Associação de Municípios. Não é a Câmara de Borba, que está a pagar em dia. Mas deixou de pagar agora, à espera que os outros paguem. Havia apenas quatro Câmaras pagas em dia. Há dívidas muito grandes. Há concursos que foram feitos, para adquirir carros para fazer a recolha selectiva dos resíduos e a Associação de Municípios está numa situação delicadíssima, se as Câmaras não pagarem. E o processo dos Ecopontos é igual. Não sei como é que todo este processo se vai desenvolver, se as Câmaras não pagarem.

**O Membro António Paixão:** Senhor Presidente, uma vez que estamos a tratar das tabelas, eu queria, já agora, alertar para uma situação com que me deparei na Junta de Rio de Moinhos e que é a legalidade ou não legalidade de isenção de pagamento de água pelas Juntas de Freguesia. Levantou-se este problema porque tive que requerer um contador para fornecer o Centro de Dia de Rio de Moinhos, onde o consumo de água vai com certeza ser exagerado. No protocolo que temos com a Santa Casa a responsabilidade pelo pagamento de água é da Junta, que estava isenta, e agora será aquele o único contador que vai pagar a água? Esta era uma questão. A outra é sobre o licenciamento de limpeza de azinheiras. Estou a lembrar-me, e com alguma saudade, de não ter aqui o meu camarada Carlos Cabral porque ele, nesta altura, já tinha perguntado pela licença da limpeza dos plátanos do nosso Jardim Público. Obrigado.

**O Membro Ivone Espiguiha:** Na página 26, devem seguir os valores que lá estão porque nós, há bocado, aprovámos o regulamento de estacionamento com um valor, e agora aqui, nas tabelas de taxas, está outro. Página 26 artigo 104º.

**O Presidente da Câmara:** Isso aí, é evidente que é uma gralha que se tem que corrigir

**O Presidente da Assembleia:** Como não há mais inscritos, vamos votar a aprovação desta tabela, com a

correção do artigo 104º, que deverá ser igual ao regulamento do estacionamento. Quem vota a favor faz favor de levantar o braço. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por maioria, com treze votos a favor e quatro abstenções.

**Ponto três ponto seis: Apreciação sobre as actividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira:**

**O Presidente da Assembleia:** Passo a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

**O Presidente da Câmara:** Em relação à situação financeira, penso que ela está espelhada nessa breve informação que aí está. Ainda não encontramos a melhor solução. Estamos a lutar nesse sentido, de a melhorar, mas penso que, pelo menos aí, já permite de certa forma ver a taxa de execução mensal e anual. Queríamos ver se poderemos comparar com o ano anterior, para tentar ver as diferenças. De qualquer maneira, em termos globais, penso que a situação não é muito grave. Nós, pelo menos a fornecedores, estamos a pagar dentro da normalidade. Claro que temos começado a sentir, neste momento, alguma retracção na entrada de fluxos financeiros resultantes de obras que, neste momento, já estão aprovadas na CCR e em que existem alguns atrasos na liquidação. Acreditamos que as coisas venham a melhorar e que possamos continuar a gerir da forma como temos gerido até aqui. Continuarei a cortar o mais possível. Quando o Paixão falava, há bocado, nas questões do pagamento das águas, isso são questões sobre as quais têm que reflectir. E se há protocolo entre a Junta e outra instituição, temos que ver qual é a melhor forma de solucionar o problema. A água é um bem escasso. É bom que as pessoas se consciencializem disso. Ainda não está a ser paga em alta, mas não faltará muito para que isso suceda. Em relação à actividade da Câmara, ela está escrita nesse documento. De qualquer maneira, eu realçava quatro ou cinco aspectos que me parecem mais importantes. Um deles prende-se com a reunião de lançamento da Agenda 21 local e que tem que ver com o passo em frente para que, em termos ambientais e não só, se possam vir a desenvolver no nosso concelho inúmeras actividades. Aguarda-se, a todo o momento, que sejam abertas candidaturas para este programa. Tenho, aliás, pedida uma audiência com o Senhor Secretário de Estado do Ambiente e espero apresentar-lhe várias intenções e dizer-lhe aquilo que já está feito, porque há muita coisa já feita. Tive também uma reunião com a empresa a quem está adjudicada uma obra extremamente complicada, que é a cobertura do Palacete dos Mellos, e nessa reunião estava presente o proprietário da cobertura provisória, no sentido de ver se conseguimos resolver o problema da cobertura e de desbloquear a própria obra, que é uma situação muito complicada que não agrada a ninguém. Em relação ao Conselho de Administração da Associação de Municípios, a questão das dívidas não vale a pena, porque já falei nelas. É uma situação muito delicada. Tenho feito todos os esforços no sentido de pôr a Central de Transferência de resíduos sólidos a funcionar. Neste momento, os 4 funcionários da Associação de Municípios já estão recrutados e suponho que irá ser posta em funcionamento na próxima semana. Estamos a melhorar a estrada de terra que dá acesso, para permitir que os carros possam depositar nos tegões. Outro assunto foi uma reunião importante com a Adega Cooperativa de Borba em que a direcção manifestou alguma preocupação quanto ao alargamento das instalações. Outra reunião, que não trouxe muito boas notícias, foi com o coordenador do POR Alentejo, que acabou por dizer, nas entrelinhas, que convém investir quanto menos melhor, porque dinheiro não há; embora, segundo um estudo por ele elaborado, Borba seja um dos concelhos que não está mal posicionado porque tem poucos equipamentos daqueles que eles consideram básicos. Por exemplo as piscinas, o Cine-Teatro, a Central de Camionagem e o Parque de Feiras. Também houve a primeira reunião de acompanhamento do Plano Global da Unor 2, do Prozom e do Plano de Pormenor do Alto dos Bacelos. Foi uma reunião interessante onde se analisou a transformação da zona industrial do Alto dos Bacelos num parque industrial piloto da zona dos mármore, em que se prevê o alargamento de quarenta hectares para oitenta; e também as questões relacionadas com as ADC'S (áreas de deposição comuns) das escomboreiras, tendo-se analisado a hipótese de Borba se desligar de Vila Viçosa e Estremoz, no sentido de avançar mais rapidamente, porque somos o concelho mais avançado, em termos de estudo da UNOR

**O Vereador Artur Pombeiro:** Em relação a obras, temos duas empreitadas a decorrer: o edifício do Jardim e o edifício do Notariado. No loteamento da Nave foram efectuados mais alguns trabalhos estando quase concluído. Na Sra. da Vitória - Barro Branco, têm-se efectuado trabalhos de infra-estruturas, como

no loteamento do Forno-Orada. Na Cuca, estamos a preparar os passeios para serem calcetados. Temos reparado caminhos rurais vários, nomeadamente o da Fonte do Telheiro. Os arranjos paisagísticos da Igreja de S. Sebastião, no âmbito da candidatura da Rua de S. Francisco, continuaram. Esperamos a melhoria das condições de tempo para avançar com a remodelação da rede de águas da Nora. A Etar da Ribeira será certamente colocada em funcionamento na próxima semana. Os semáforos foram ligados intermitentes e ficarão a funcionar na próxima semana. Foi implementado o sistema de controlo da gestão de produção dos serviços técnicos da Câmara. Sobre a questão colocada pelo Sr. Presidente da Junta de Rio de Moinhos, quanto à poda dos plátanos, é sempre uma questão polémica. Já o foi no tempo das laranjeiras. Mas atendendo-se a que os plátanos estavam a cair aos bocados, até originando acidentes, e à frequência do local por muitas pessoas. Por outro lado, os plátanos cresceram muito e devido à altura que tinham já pouca sombra faziam. A Equipa de trabalho é uma equipa que já tem feito estes trabalhos em outros sítios. Consideramos que fizemos um serviço que pode ter salvo os plátanos, só que este serviço não deveria ter sido feito agora, mas há mais anos, para que as árvores não tivessem sofrido tanto. Para efectuarmos o corte das árvores, no Jardim, não encontramos máquina nenhuma em Borba com alça suficiente para aquela altura e teríamos que mandar vir uma de Lisboa. Por isso pedimos à firma Borconstroi que nos alugasse a máquina. Pedimos, pagámos e agradecemos.

**O Vereador Humberto Ratado:** Pela minha parte, boa noite a todos. Eu não vou ler o documento. As actividades estão aí. Não vou ler o que já conhecem.

**O Membro Ivone Espiguinha:** O Senhor Vereador, há pouco, falou nos semáforos e eu agora vou falar nas passadeiras. Por exemplo, na Praça. Quando eu tirei a carta disseram-me que antes das passadeiras não se devia estacionar. Vocês fizeram o estacionamento mesmo antes das passadeiras. Nós vamos a passar no carro, por vezes as pessoas estão na passadeira e nós não vemos as pessoas. Acontece que, junto ao quiosque, temos duas passadeiras quase sobrepostas uma à outra. Nós identificamos a nova, só que o sinal vertical está após a passadeira, e não antes, como devia ser. E, já agora, pergunto: o estacionamento da Praça é para continuar assim? É que, sinceramente, eu acho que em espinha era muito melhor. Queria também perguntar o seguinte, em relação à aquisição do edifício do hospício: o valor que está aqui no documento como sabem a Câmara fez obras, gastou dinheiro este valor é o que se vai pagar agora pelo edifício, ou vão ser debitados os gastos? Qual é ao certo, o valor? Em relação ao arranjo paisagístico na envolvência da Igreja de S. Sebastião eu, sinceramente, nestes últimos dias não passei lá. Eu queria perguntar se no acesso à Igreja, já que vai ser uma casa mortuária, há alguma rampa para as pessoas que são deficientes e necessitam de entrar e sair.

**O Membro António Paixão:** Senhor Presidente, só para comentar aqui um pouco as actividades da Câmara no que se refere à Freguesia de Rio de Moinhos. De facto, e esse louvor tem que ser dado a este executivo, ao Vereador do Pelouro, as pequenas obras, de facto, tem-se mexido em toda a Freguesia, muito mais. Para além dos maiores empreendimentos muitas mais obras pequenas lá precisamos que se façam. Daí que apelo ao Executivo para que empreenda com maior aceleração a satisfação das necessidades da Freguesia. É claro que estou sempre desejoso de muito mais.

**O Membro António Anselmo:** Senhor Presidente da Câmara, na continuação das conversas que tivemos sobre as questões que preocupam a Junta de S. Bartolomeu existem questões que nos preocupam muito, que é a iluminação, também uma necessidade cada vez maior, principalmente nas Ruas dos Clérigos, Aramenha, Silveira Menezes. E a pavimentação. Depois, gostaria que me explicasse o ponto da situação em relação ao Jardim dos combatentes. Penso que o projecto está em conclusão. Quero aproveitar para comunicar a esta Assembleia e ao público em geral que no dia 8 de Março vamos fazer uma pequena homenagem pública ao Dr. Armando Pessoa Verão, às três da tarde. Vamos inaugurar um busto no Jardim do Largo dos Combatentes. Quero também fazer um agradecimento particular, ao Presidente da Assembleia Municipal, por me ter permitido ler o projecto do decreto-lei do Partido Comunista Português, que foi apresentado na Assembleia pelo Deputado de Évora, o que é importante, e que foi distribuído com a documentação. Eu penso que esta Assembleia deve ter conhecimento do trabalho feito pelos deputados, principalmente pelos deputados do Distrito, e isso é importante. Obrigado.

**O Membro Moura Lopes:** Já começa a ser tarde, mas penso que o assunto dos plátanos merece duas ou três considerações. Eu não vou dizer que o trabalho está bem feito, ou está mal feito. Agora parece que o Vereador Artur não falou nunca, e se referiu eu não ouvi, e aí peço desculpa, que teria consultado um técnico, ou técnicos, naquela, área, porque há pessoas que estudaram, ou estudam, as árvores, que são os chamados Engenheiros e essas pessoas, que estudaram, sabem as épocas em que as árvores têm que ser podadas e de quanto em quanto tempo devem ser podadas, etc. Portanto, esta referência não foi feita pelo Senhor Vereador Artur. Foi um lapso da parte dele, porque devem ter consultado algum. Mas ainda fazia uma outra consideração. Houve a preocupação de cortar os plátanos porque alguns já estavam em risco de caírem algumas pernadas e, digamos, com eventuais prejuízos para os utilizadores do parque, designadamente crianças e outras pessoas que frequentam o jardim. Mas há uma questão que, para mim, não está esclarecida. Temos dois plátanos grandes e ainda há dois ou três anos caiu uma pernada. Para além das pessoas, está ali um quiosque; há transportes a passar e eu, das duas uma, se foi bem feita a primeira parte, não percebo porque não fazem a segunda; se foi mal feito, então digam que foi mal feito, e não mexam nos outros. É esta a dúvida que eu gostava de esclarecer.-

**O Presidente da Câmara:** Em relação ao preço do hospício, naturalmente que aqui aparece o preço global. Há uma parte que é doação, há outra parte que são os encargos que o proprietário tinha que pagar à Câmara. O encargo final para a Câmara, salvo erro, é cerca de quatro mil e poucos contos. Em relação às obras de Rio de Moinhos queria dizer-lhe que há alguma preocupação nossa relativamente a obras de algum vulto, que se podem vir a realizar, e que se prendem com a questão do perímetro urbano de Rio de Moinhos. Neste momento está o PDM em estudo e Rio de Moinhos está a ter um trabalho aprofundado. Mas vamos ver se o Governo nos permite as autorizações propostas. Uma grande carência de Rio de Moinhos é a questão dos loteamentos e tem havido, da nossa parte, inúmeros contactos no sentido de se conseguir um loteamento. Penso que as coisas não estão mal encaminhadas. Nós não gostaríamos de expropriar, mas não vamos colocar essa hipótese de lado. Em relação a S. Bartolomeu e à Sede da Junta de Freguesia, temos um estudo apresentado pelo proprietário do terreno. As coisas estão bem encaminhadas. Relativamente à iluminação, é um problema do concelho. E o problema, que já foi referido aqui anteriormente, são os estudos luminotécnicos que apontam para um custo de cerca de 20 mil contos e que pode ser candidatado e que permitirá a substituição de todas as luminárias brancas por amarelas, que aumentam a luminosidade e baixam os custos. Relativamente aos pavimentos, é uma situação mais complicada. Estamos atentos a ela. Vamos fazer um projecto para conseguir fundos comunitários. Não estamos interessados em colocar alcatrão em cima de alcatrão. Preferíamos fazer isso substituindo a base e também a rede de águas e esgotos e, se possível, deixar tudo preparado para, no futuro, se passarem as redes de electricidade e telecomunicações. Em relação ao Jardim dos Combatentes temos um estudo prévio feito por técnicos da Câmara. Em relação às comemorações do dia 8 de Março vamos levar o assunto à reunião de Câmara, a efectuar para a semana.

**O Vereador Artur Pombeiro:** Relativamente ao trânsito, a intervenção é pertinente. As pinturas de sinalização horizontal não ficaram bem feitas. Já entrámos em contacto com a empresa que as fez. Consideramos que o trabalho não tem qualidade. Vamos considerar, no âmbito da comissão de trânsito, algumas alterações que possam vir a ser introduzidas. Quanto à rampa da Igreja de S. Sebastião o projecto não a contempla, mas podemos ponderar essa situação. Relativamente à Junta de Rio de Moinhos estamos a intervir, temos vontade de fazer mais. Também na orada temos estado a fazê-lo. Não conseguimos é fazer de repente tudo aquilo que não foi feito em 12 anos. Só pedimos é que nos ajudem a trabalhar e deixem-nos trabalhar, porque Borba irá ser diferente. Quanto à questão dos Plátanos, devo informá-lo que este executivo não pensou, de facto, em consultar um técnico. Pode ter sido um lapso, mas este executivo preocupou-se com uma coisa muito mais importante que foi a segurança das pessoas. A pensar nos carros que ficaram esmagados debaixo das pernadas e poderiam ter sido pessoas. O que o Sr. Moura Lopes perguntou foi porque não se cortaram os dois grandes, e se calhar terá razão. Mas então, ficávamos sem sombra nenhuma? Então e os velhotes, no Verão, sentavam-se onde? Se se verificar que há uma pernada, ou outra, podre, então nós estaremos atentos para intervir. Também lhe posso dizer que aqueles plátanos, que se partiram há alguns anos atrás, dificilmente vão rebentar. Mas tivemos o cuidado de mandar elaborar um relatório técnico sobre o estado em que as árvores se encontravam e temos os troncos apodrecidos à disposição de quem os quiser analisar.



**O Presidente da Câmara:** Só uma achega àquilo que disse o Vereador Artur, sobre o estacionamento na Praça, e que é a existência de um projecto, que tem sido difícil de desbloquear, que é um projecto que prevê o arranjo da envolvente do Castelo e que, neste momento, estará em fase de quase aprovação. Vamos tentar que o projecto seja aprovado, para depois intervirmos.

**O Presidente da Assembleia:** Já agora, queria só fazer uma observação ao que disse o Vereador Artur e que é a seguinte: Como não percebo nada de poda de árvores, quando o trabalho começou, tive a curiosidade, como muitos Borbenses, e dirigi-me ao local a apreciar o trabalho e, de facto, falei com técnicos, porque também não concordo com o que diz o Membro Moura Lopes, que diz que os técnicos são os Engenheiros. Não, eu acho que os técnicos podem ser quaisquer trabalhadores. E se os trabalhadores forem bons profissionais são tão técnicos como um Engenheiro ou um Doutor. Portanto, os trabalhadores ilucidaram-me dizendo que o trabalho se fazia assim. Parece que já tinham feito em Vila Viçosa e eu fiquei com curiosidade e fui lá ver. Do que lá está feito, eu gostei. De facto, aprendi alguma coisa com aqueles técnicos que, por acaso, eram trabalhadores.

**O Membro Moura Lopes:** Senhor presidente e Senhor Vereador, a forma como o Sr. Presidente falou está a pôr na minha boca que eu não considero os trabalhadores. Pronto eu dou-lhe essa de barato. Mas, nem o Senhor Vereador, nem o Senhor Presidente da Assembleia respondem à minha questão. E esta é que é a questão central: se é bom o que estão a fazer no Jardim, porque não o fazem aos outros plátanos? Ou foi mau e recuaram a tempo? Esta é que é a questão. Porque, vamos ver, não me venham com demagogias de velhotes, senão eu tenho que dizer ao meu amigo Artur que os velhotes vão para ali e cai-lhes uma perna em cima e mata uma data deles. Então tenho que lhe fazer esta pergunta porque estamos aqui na Assembleia, e é o local para se fazer. O executivo da Câmara Municipal de Borba tem garantias que aqueles plátanos estão em condições de estarem assim? De as pessoas estarem lá por baixo? De poderem estar à sombra no Verão? Esta é uma questão para a qual eu preciso ter uma resposta.

**O Vereador Artur Pombeiro:** O Senhor Moura Lopes precisa de uma resposta para isso. Nós verificámos o estado daqueles plátanos. Respondi à sua pergunta? Não queríamos eliminar todas as sombras existentes. Quando o Senhor Moura Lopes agora me pergunta, e quer que eu lhe diga, se estes plátanos estão em condições, Senhor Moura Lopes, eu não sei, mas vou consultar um técnico, vou seguir o seu conselho.

**O Membro Filipa de Almeida:** Senhor Presidente, nem todas as questões polémicas são negativas. Há muitas polémicas positivas que são positivas e não devemos deixar de tomar atitudes e fazer coisas só porque elas vão ser polémicas. E com certeza que a Câmara, quando tomou esta decisão, já sabia que ia ser contestado, que iam estar muitos contra, que iam estar alguns a favor e, como se costuma dizer, que de médicos e de loucos todos temos um pouco. Todos sabemos um bocadinho de tudo. São os velhotes que estão ali sentados; eu até já ouvi alguns dizer que aquilo até faz bem às árvores; já ouvi outros dizer que é um crime. Se calhar sabem mais do que eu, têm mais idade. Mas eu confesso-me perfeitamente leiga nesta matéria. Reajo como reagiu na semana passada um digníssimo ex-colega de Câmara e pertencente ao PSD: Isto choca-me. Olhar para aquelas imagens choca-me, porque eu nunca tinha visto. E não quer dizer que o Senhor Vereador Artur não tenha razão e que alguns daqueles já se deviam ter cortado há mais tempo. Até pode ter razão. Provavelmente até terá. Mas a verdade é que, em termos ambientais, aquilo que se vai fazer para o futuro, relativamente àqueles que o Senhor Moura Lopes falava, agora tem remédio. O Senhor Vereador diz que podemos pedir um parecer técnico sobre o estado das árvores e depois actuar de acordo com esse parecer, ou com vários pareceres, e até, se forem contraditórios, consultar um terceiro. Agora em relação aos que estão cortados, a este panorama desolador que ali está, em relação àqueles, não há nada a fazer. Além fez-se relatório técnico depois de estarem cortados. Eu, como sou profundamente ignorante, fiz o mesmo que o Sr. Presidente da Assembleia. Quando comecei a ver cortar aquelas árvores, àquela altura, também perguntei, também tirei fotografias, mostrei-as a alguns técnicos, uns são trabalhadores com muita experiência do campo, outros arquitectos paisagistas, outros engenheiros do ambiente e consideraram um crime contra o ambiente, em Borba, ou em qualquer outro sítio. Eu estou a dizer aquilo que ouvi: que os plátanos não são árvores de fruto, que as árvores de fruto devem ser cortadas: os plátanos não são laranjeiras e, mesmo nos plátanos, os cortes têm a ver com a

idade e não se podem fazer, dizem os arquitectos paisagistas, quando os plátanos têm a idade daqueles, que têm dezenas de anos. Alguns de vocês, o Senhor Vereador que é mais velho que eu, deve lembrar-se melhor deles e há mais anos que eu, mas, realmente, não foram cortados. Provavelmente alguns ramos estariam completamente secos e precisavam de ser cortados, como precisaram estes aqui. Provavelmente alguns plátanos estariam secos e já não vão rebentar e precisavam de ser, se calhar, arrancados. O que me preocupa não é o choque visual, porque o mais provável é que as árvores rebentem e que voltem a dar sombra. O que me preocupa são os efeitos sobre as árvores, que vão sentir-se. Nós não vamos ver a olho nu. Elas podem não durar os anos que duraram. Podem durar muito menos. Podem ser profundamente afectadas. Podem ser pouco afectadas. O que me preocupa aqui é aquilo que já foi dito: que a Câmara não consultou nenhum técnico especializado nesta matéria. Isto preocupa-me, porque acho que é uma atitude que agora não tem remédio. Agora só se podem analisar os troncos já cortados. Já não se podem colar. Agora, se colarmos lá os ramos, eles já não pegam. Não estamos numa estrada, em que eles possam cair todos os dias sobre os carros. Não estamos numa zona em que as pessoas se queixem das alergias na Primavera, como acontece em outras Vilas e outras cidades do Alentejo, em que há essas queixas juntos das Câmaras. São plátanos com dezenas de anos e parece-me que o Senhor Vereador, desculpe-me lá a expressão que eu vou utilizar, não é de maneira nenhuma ofensiva, mas aqui sim, parece-me que houve uma atitude de pouca responsabilidade, fazendo isto sem ter pareceres fundamentados, se calhar de mais do que um técnico, se calhar de opiniões contraditórias, onde a Câmara se baseasse, para não ter que dizer-lhe, como o Vereador disse há bocadinho, se calhar foi um lapso, não consultámos ninguém.

**O Membro Diogo Sapatinha:** O Senhor Presidente disse que os técnicos não são técnicos e, como eu sou técnico, se calhar não posso falar. Não sei como é que disse.

**O Presidente da Assembleia:** O que eu disse é que os trabalhadores também são técnicos.

**O Membro Diogo Sapatinha:** Está bem. Pois eu não sou técnico, sou um simples Engenheiro Agrónomo que está de acordo com algumas coisas que o meu ilustre colega Ribeiro Teles diz, mas com outras não estou. O Ribeiro Teles é um reconhecido Arquitecto Paisagista, mas também é um fundamentalista, na minha opinião. O problema aqui e para já e se me perguntarem se eu gosto de ver o que ali está, não gosto, que é visualmente feio. Mas, longe de ter sido uma má medida, foi um corte oportuníssimo e que provavelmente salvou aqueles plátanos. A Dra. Filipa disse ali que eles poderiam vir a durar menos. Eu digo-lhe que vão durar, certamente, muito mais do que se não tivessem sido cortados agora. Agora o problema é que aqueles plátanos deveriam ter sido cortados à 40 anos e não precisariam de uns cortes tão severos como estão a levar agora. Não é há doze anos, quando vocês entraram, nem há vinte, é há quarenta anos, é que deviam ter sido cortados e educados, bastante mais cedo, com cortes muito ligeiros. Agora, as árvores sofrem, mas vai ser muito mais benéfico para todas elas. E aliás, é possível, como disse o Sr. Vereador, que haja algumas que já não recuperem, mas estes também seriam as primeiras a morrer e morreriam se calhar dentro de poucos anos. Mas, para as outras, foi uma excelente medida e vai ser a sorte delas. Vai ser a maneira de elas durarem umas dezenas de anos. Visualmente, não gosto daquilo. Mas também tenho consciência que daqui por um ano, ou um ano e tal, jamais ninguém se lembrará que aquelas árvores foram cortadas. Aquilo vai responder de uma maneira, e se virmos o que se passou em Vila Viçosa, vai responder de uma maneira que, no máximo de dois anos, ninguém se lembre que houve aquele corte. Agora daí a dizer, como o Ribeiro Teles, que é um crime. Não é um crime. O crime era se nós as deixássemos abandonadas, como estavam e que elas acabariam por morrer muito mais depressa, se não levassem este corte. Disse.

**O Vereador Artur Pombeiro:** Em relação ao que disse a Dra. Filipa, eu gostaria de lhe dizer, relativamente aos técnicos, que quem cortou os plátanos é uma equipa técnica que não tem cursos de engenharia, mas tem os cursos de formação profissional e tem muitos anos de prática. Tive a ocasião de dizer que esta equipa, que cortou os plátanos em Borba, já fez o mesmo trabalho em várias terras. Passei há dias em Loures e vi este trabalho feito ao longo da Avenida principal. Também um Senhor do Porto, que veio visitar Borba, referiu que no Porto já tinham feito o mesmo trabalho. Só espero, Dra. Filipa, que se lembre dos doze anos em que estive nesta Câmara e perderam esta oportunidade que devia ter feito e não fez, e criticam-nos agora. Só espero que daqui por dois anos saiba reconhecer que fizemos um bom

trabalho.

**O Membro Filipa de Almeida:** Senhor Vereador, talvez não se veja daqui por dois anos.

**O Membro António Paixão:** Senhor Presidente, mesmo à posteriori, mas temos a honra do convento salva. Temos aqui um parecer técnico que já valorizou o corte. Por isso, parece-me que esta polémica estava bem encerrada.

**O Presidente da Assembleia Municipal:** Vamos passar à leitura da minuta da acta desta sessão da Assembleia Municipal. Vamos votar a minuta. Quem vota a favor, levanta o braço. Fazem favor de baixar. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade. Vou encerrar a sessão. Boa noite.

## **DOCUMENTOS ANEXOS A ESTA ACTA:O**

Anexo 1 - Pedido de substituição do membro senhor Joaquim Manuel Cardoso

Anexo 2 - Pedido de substituição do membro senhor Luís Manuel do Nascimento

Anexo 3 - Pedido de substituição do membro senhor Joaquim Manuel Grego Esteves

Anexo 4 - Pedido de substituição do membro senhor Joaquim Miguel Bilro Manguinhas

Anexo 5 - Correspondência expedida

Anexo 6 - Correspondência recebida

Anexo 7 - Uma Moção apresentada pela CDU

Anexo 8 - Declaração de voto apresentada pelos eleitos do PS

Anexo 9 - Uma Moção apresentada pelos eleitos do PS

Anexo 10 - Proposta apresentada pelos eleitos da CDU

Anexo 11 - Declaração de voto apresentada pelos eleitos da CDU